



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

RAVENA DO CARMO SILVA

LIBERDADE CANTOU! E AGORA?
UM ESTUDO DOS (AS) EGRESSOS/AS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL

Brasília 2023

**LIBERDADE CANTO! E AGORA? UM ESTUDO DOS (AS) EGRESSOS/AS E DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMASOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE – PPGE).

Orientador: Dr. Erlando da Silva Rêses

Brasília 2023

CARMO, Ravena Silva. Liberdade cantou! E agora? Um estudo dos (as) egressos/as e das políticas públicas do sistema socioeducativo do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Erlando da Silva Rêses – Orientador - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – FE/UnB

Professora Dra Eblin Joseph Farage - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR) - Universidade Federal de Fluminense - UFF

Professor Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá – Departamento de Serviço Social (SER) - Universidade de Brasília – ICH /UnB

Professora Dra. Lenilda Damasceno Perpétuo – Faculdade de Educação/Pedagogia Universidade Federal de Tocantins - UFT

DEDICATÓRIA

O ano era 2008, em uma manhã de sábado qualquer, o telefone da casa da minha mãe tocou, uma ligação a cobrar, era pra mim. Fiquei confusa, tinha poucos dias que minha Lili tinha cantado. A ligação vinha com notícias ruins:

- Ravena, tô te ligando porque encontrei seu número nas coisas da Rosana, ela falava muito de você, queria te dizer que ela foi assassinada nesta madrugada, mataram a bichinha queimada e estuprada na rodoviária, não tem família pra enterrá-la, tô muito triste.

Rosana puxou uma tranca comigo, moramos no mesmo barraco algumas vezes. Ela tinha apenas a mãe, que faleceu em decorrência do HIV em situação de rua, usando crack ainda quando estávamos no CAJE.

Rosana não tinha ninguém e o Estado falhou com ela.

Por Rosana, por sua jovem vida interrompida violentamente, eu insisto.

Esse trabalho é dedicado a você Rosana e a todos os outros adolescentes que não tiveram oportunidade de sonhar, de viver!

AGRADECIMENTOS

A Exú, meu amigo leal, senhor das encruzilhadas e caminhos que cruzou minha vida com a academia. Laroyê! À Babá mi Ayrá, por me proteger, cuidar e amparar, Ayrá Lee!

Agradeço a mim mesma por não ter desistido dessa pesquisa e eu só consegui porque, aqui, falo no coletivo, fica menos dolorido quando somos “nós” que falamos e por nós, sou grata.

Aos meus filhos: Miguel, Carolina, Felipe, que são prova viva que é possível ser pesquisadora mesmo sendo mãe de três. Foi uma jornada difícil e solitária, mas o amor que nos envolve superou nossas dificuldades cotidianas, o que não me faz menos ou mais mãe, continuo uma mãe de quebrada criando meus filhos sozinha, mas agora, mestra.

Muitas mãos seguraram a minha nesse processo, com muito afeto, agradeço à Ana Paula que em nenhum momento soltou minha mão nessa jornada, ao Maurício, amigo de infância que sempre me incentivou a estudar, à Nathália, que sempre me deu coragem na escrita. Thaywane por todo carinho e Markão Aborígene por todo seu literato marginal. À Priscila e ao Jefferson, que com muita disponibilidade revisaram esse trabalho. Agradeço também, às professoras Amparo Souza e Juliana Caixeta, sem a influência dessas Mestras jamais estaria numa pós graduação. Muito obrigada ao meu orientador, Professor Erlando Rêses e todo o Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

Agradeço à minha mãe Fátima, minha irmã Rebeca e todos os familiares por estarem comigo no dia a dia, na força diária da vida, na rede apoio.

Agradeço a cada mano e mana que respondeu o formulário, esse trabalho também é de vocês, nada sobre nós, sem nós.

À Construção Nacional da Cultura Hip Hop, por mobilizarem o Brasil para promover a maior articulação política para o Hip Hop brasileiro em prol de reconhecimento e políticas públicas, O Hip Hop é foda e salvou minha vida.

Agradeço ao “Poesia nas Quebradas” e ao NEOLIM (Núcleo de Estudos de Organização e Difusão do conhecimento em Literatura Marginal por dar vazão ao meu sonho de uma sociedade mais justa e igualitária, por me fazer reconhecer que sou uma produtora orgânica intelectual da minha comunidade.

Agradeço a Márcia Aciolli, pelo seu ativismo dentro do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, pelo nosso encontro de vidas, muito obrigada, Marcinha.

Agradeço à CAPES, pela política de assistência estudantil na pós-graduação. Esse sonho só foi possível porque fui bolsista do programa.

Quem diria? Eu diria, a quebrada sempre diz.

AZUL E BRANCO

(Markão Aborígene e adolescentes da UNIRE)

*Chegou o dia, aqui faço minha última oração
Sinal da cruz, ao passar pelo portão
Sensação estranha
Caminho sozinho, ninguém me acompanha
Nunca vi um céu tão lindo, o ar aqui é diferente
Mal lembrava como era andar com as mãos pra frente
E a cabeça erguida
A partir de hoje eu sei, nenhuma madrugada será fria
Não acredito
Minha mãe veio me buscar e trouxe meu filho
Ó, meu filho, te amo
Prometo nunca mais visto azul e branco, nunca mais
Jão, jamais imaginaria
Que ao ver o ônibus da quebrada sentiria tanta alegria
É estranho, pago a passagem, sento
Não tenho tatuagem na testa, mas sinto julgamento
Mãe, me desculpa se aqui fora não lhe abraçava
Pode deixar comigo, vou ajudar a senhora lá em casa
Peguei os documentos na Unidade, hoje mesmo vou na escola Fazer minha matrícula,
prometo que darei um diploma pra senhora
Minha mãe arrumou meu quarto, até pintou a parede
O banho não será apenas com a metade do sabonete
Respiro fundo e choro, até sinto o gosto
Como foi bom ouvir minha mãe chamar pro almoço
Entrevista de emprego, passei Vestibular me inscrevi Primeiro salário ganhei Bolsa de estudo
consegui
Aí, fã, vai por mim
A gente tem uma chance Agarre tua liberdade
Como nunca antes...- [].*

LIBERDADE CANTOU! E AGORA? UM ESTUDO DOS/AS EGRESSOS/AS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL

Autora: Ravena do Carmo Silva

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a construção do conhecimento acerca da formulação de políticas públicas voltadas à promoção de egressos/as privados/as de liberdade oriundos/as do sistema socioeducativo do Distrito Federal. Por meio de um conjunto integrado de teorias e metodologias educacionais, permeadas pela vivência em privação de liberdade e pelas linguagens da Cultura Hip Hop construídas em tal condição, as pessoas são transformadas. Entendemos que tais expressões artísticas e intervenções educativas, de caráter político, se configuram como facilitadores do processo de transição dos egressos da criminalidade à liberdade. Três objetivos específicos guiam o trabalho: (1) Conhecer o perfil sociobiográfico dos(as) adolescentes que entram em conflito com a lei. Quem são as crias da quebrada que puxam uma sentença e de onde eles/as vieram? (2) Compreender o papel da arte como linguagem política e pedagógica para o convívio social e harmônico dos/as adolescentes que cumprem medida no sistema socioeducativo do Distrito Federal; (3) Identificar as políticas públicas para egressos/as de medidas socioeducativas de internação no DF, analisando o lugar que a cultura e a educação ocupam na elaboração e execução dessas políticas. A metodologia empregada na pesquisa apresenta caráter qualitativo, privilegiando elementos da autobiografia e análise documental, com base em um estudo empírico e utilizando dois conjuntos de dados. O primeiro, constituído por narrativas autobiográficas (diários e poesias escritas no período de internação), que retratam as vivências resultantes da privação de liberdade. O segundo é constituído por relatórios, livros e capítulos de livros produzidos no trabalho de oficinas e intervenção social em ambientes formais e não formais de educação: unidade de internação de adolescentes, escolas da rede pública, universidade e em eventos de cunho cultural. Ações político-artístico-pedagógicas experimentadas no âmbito de três projetos: em especial o “Poesia nas Quebradas”, “Vozes da Cidadania”, no Instituto de Estudos Socioeconômicos, Inesc, 2017-2020; e o “Núcleo de Estudos, Organização e Difusão do Conhecimento sobre Literatura Marginal” - NEOLIM- 2021-2022. A fundamentação teórica pretendeu relacionar a produção social de sujeitos que vivenciaram a criminalidade na infância e adolescência; teorias e práticas do sistema socioeducativo; teorias da educação e psicologia, legislação protetora da infância-adolescência e políticas públicas voltadas aos egressos.

PALAVRAS-CHAVE: Egressos. Medidas Socioeducativas. Hip Hop. Políticas Públicas

ABSTRACT

The general objective of this research is to contribute to the construction of knowledge about the formulation of public policies aimed at promoting graduates deprived of liberty from the socio-educational system of the Federal District. Through an integrated set of educational theories and methodologies, permeated by living in deprivation of liberty and by the artistic languages constructed in such a condition, people are transformed. We understand that such artistic expressions and educational interventions, of a political nature, are configured as facilitators of the transition process of those egressed from criminality to freedom. Three specific objectives guide the work: (1) Knowing the socio-biographical profile of adolescents who come into conflict with the law. Who are the children of the hood that pull a sentence and where did they come from? (2) Understanding the role of art as a political and pedagogical language for the social and harmonious coexistence of adolescents who are serving a measure in the socio-educational system of the Federal District; (3) To identify public policies for people who leave socio-educational hospitalization measures in the Federal District, analyzing the place that culture and education occupy in the elaboration and execution of these policies. The methodology used in the research is qualitative, favoring elements of autobiography and document analysis based on an empirical study, using two sets of data. The first, consisting of autobiographical narratives (diaries and poems written during the hospitalization period), which portray the experiences resulting from the deprivation of liberty. The second consists of reports, books and book chapters produced in the work of workshops and social intervention in formal and non-formal education environments: adolescent detention units, public schools, universities and cultural events. Political-artistic-pedagogical actions experimented within the scope of three projects: in particular the peripheries poetry, Citizenship voices, at the Institute of Socioeconomic Studies, Inesc, 2017-2020; and the Nucleus of Studies, Organization and Dissemination of Knowledge on Marginal Literature, NEOLIM, 2021-2022. The theoretical foundation intends to relate the social production of subjects who experienced crime in childhood and adolescence; theories and practices of the socio-educational system; theories of education and psychology, legislation protecting childhood and adolescence and public policies aimed at graduates.

KEYWORDS: Graduates. Education measures. Hip Hop. Public Policy

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

UNB- Universidade de Brasília

CAJE- Centro de Atendimento Juvenil Especializado

EJA- Educação de Jovens e Adultos

CA- Centro Acadêmico

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

PFDF- Penitenciária Feminina do Distrito Federal

INFOPEN- Levantamento de informações penitenciárias

DEPEN- Departamento penitenciário nacional

SSE/DF- Sindicato do Socioeducativo do Distrito Federal

NAI- Núcleo de atendimento integrado

UIPSS- Unidade de Internação Provisória de São Sebastião

UIP- Unidade de Internação de Planaltina

UNIRE- Unidade de Internação do Recanto das Emas

UISS- Unidade de Internação de São Sebastião

UNISS- Unidade de Internação de saída sistemática

UIB- Unidade de Internação de Brazlândia

UISM- Unidade de Internação de Santa Maria

SUBAV- Subsecretaria de apoio a vítimas de violência

SEJUS- Secretaria de Justiça

CDCA- Conselho do Direito da Criança e do Adolescente

CEDECA- Centro de Defesa do Direito da criança e do adolescente

INESC- Instituto de estudos socioeconômicos

NEOLIM- Núcleo de estudos, organização e difusão do conhecimento sobre literatura marginal

FE- Faculdade de Educação

PDAD- Pesquisa Distrital por amostra de domicílio

CNMP- Conselho Nacional do Ministério Público

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

RAP- Ritmo e Poesia

LGBTQIA+- Lesbica, Gay, Bissexual, Transexual e Travesti, Queer, Intersexual e Assexuado

FUP- Faculdade UnB de Planaltina

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

GEAMA – Gerência de Atendimento em Meio Aberto

SINDSSE/DF - Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal

GLOSSÁRIO DE GÍRIAS

Liberdade/Lili cantou: liberdade, alvará

Corre : trabalho

Quebrada: território periférico

Tranca: prisão, unidade de internação

Crias: filhos de um determinado território ou contexto, jovens

Patroa: mulher com status, que comanda

Maloqueiragem: contexto de criminalidade, lei do crime

Manos: parceiros, aliados

Mina banda: mulher que gosta de rolê

Mina corre: mulher que é articulada com seu trabalho

Vida Loca: vida dentro da criminalidade, inconsequente

Jega: cama

Front: vanguarda, linha de frente

157: assaltante

Mundão: rua, liberdade

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

MEMORIAL.....14

Considerações Iniciais.....23

- 1. MUITAS VEZES QUEM TEM A INFÂNCIA ROUBADA ACABA FURTANDO O FUTURO DE ALGUÉM: A PRODUÇÃO SOCIAL DA MARGINALIDADE NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA. 31**
- 2. SOCIOEDUCAÇÃO, ENCARCERAMENTO E RACISMO: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO SOBRE ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE 34**
- 3 QUEBRADA: DE ONDE SAÍMOS E PARA ONDE VOLTAMOS 43**
- 4 Vishe, muita treta! Procedimentos metodológicos.....50**
- 5 Instrumento de coleta dados 52**
 - 5.1. Construção dos Dados 53**
 - 5.2 Um pouco sobre a vida de meninos e meninas que cumpriram medidas sócio educativas no DF: resultados 54**
- CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEREMOS VIVER! O HIP-HOP SALVA E DESENCARCERA VIDAS.....70**
- Referências 80**
- Anexo- Formulário de Pesquisa 84**

MEMORIAL

Sou função,
pra quem não em conhece me apresento,
nas ruas represento.
Dexter

Sonhadora. Sou Ravena do Carmo, 33 anos, contrariando as estatísticas, mãe solo de três crianças: Miguel, Carolina e Felipe. Minhas crias que me acompanharam durante todo meu percurso acadêmico. Nascida e malcriada nas quebradas de Planaltina - Distrito Federal (DF). Filha de Fátima, também mãe solo, preta e periférica, chegou de Minas Gerais com o restante da família logo no início da construção de Brasília. Meu avô, o pai da Dona Fátima, minha única referência paterna, colocava comida na nossa mesa com seu trabalho na construção da nova capital. O velho ajudou a construir um lugar em especial: a Universidade de Brasília (UnB). Lugar que certamente ele não imaginava, à época, que eu pudesse frequentar como estudante, tampouco como estudante de mestrado. De lá ele trazia a carne, aquela que servem no bandeirão, para complementar a refeição da família. De um jeito ou de outro, a UnB sempre me nutriu. *“Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que jogou hoje*, este ditado Yorubá traz certeza à minha ancestralidade por esses caminhos que minha semente já estava plantada ali, esperando germinar.

A vida não foi fácil nesse percurso, nunca é. Lembro bem das ruas de terra vermelha, do banheiro dividido com as galinhas do lado de fora do barraco, Rua do Adobe, Vila Buritis, vulgo GQ3 (Galera da Quadra 3). Naquela época, éramos a margem, a parte indesejada por muitos da cidade. Na esquina da minha casa, a área verde, formalmente chamada pelo engenheiro que projetou meu bairro - um cara chamado Jofran Mozart¹, de cordão sanitário, o marco que nos separava do Setor Tradicional, bairro elitizado da minha quebrada, Planaltina - a cidade mais antiga do DF.

Vivi uma infância marcada por brincadeiras na rua, queimada, bandeirinha, polícia e ladrão, vivo ou morto, termos que já anunciavam o que estava por vir. Uma adolescência turbulenta. Aos 12 anos me perdi e a infância se perdeu de mim. Inocente, pobre, presa fácil para as drogas e criminalidade. O corre me encontrou.

¹ O documento que relata tal questão relacionada à construção da Vila Buritis em Planaltina, está no Arquivo Público do Distrito Federal. O documento foi selecionado pelo historiador planaltinense Maurício Borges e se encontra no livro comemorativo dos 50 anos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF. (No prelo)

Nesse encontro, eu dei um tempo de sonhar em ser professora, essa vida adormeceu meu sonho.

Eu era invisível. Criança sem pai, *tirada de tempo*³ devido às condições as quais minha família e eu nos encontrávamos na época. Eu me sentia à margem da sociedade, mas, também, não encontrava pertencimento e afeto no meu círculo familiar. Eu era o resultado perfeito do que o sistema capitalista projetou com sua necropolítica. O crime me iludiu e adormeceu meu sonho. Já não sonhava em ser professora, eu queria mesmo era ser patroa. Vista, respeitada, reconhecida, não importavam os meios, até mesmo, os violentos se tornavam razoáveis ao meu olhar. Já que ninguém me via, o jeito era fazer barulho.

A vida no corre é permeada por sensações de pertencimento, acolhida, fornece a adrenalina e a emoção que todo adolescente deseja, nos encoraja. Sempre escutei: Pode ir, não dá nada, se der é pouca coisa. É justamente, por meio dessa visão equivocada de impunidade que está no imaginário da sociedade, em especial, adolescentes em conflito com a lei. Compartilhando essa visão de mundo que muitos jovens se perdem, morrem, matam, são encarcerados, violentados e, por isso, também se convertem em agentes da violência. Uma vez que não são vistos enquanto sujeitos de direitos por eles mesmos e pela sociedade, dificilmente conseguirão ver humanidade no outro ou no tecido social.

Dos 12 aos 15 anos vivi uma adolescência em conflito com a lei. Em conflito comigo mesma e com a sociedade, o ódio pelo tecido social que me excluía e me estigmatizava alimentava minha coragem de continuar a confrontar os códigos que regem a sociedade. Quando eu deveria estar estudando, fazendo amigos, participando da comunidade escolar, experimentado as coisas boas e as transformações da adolescência, estava imersa e dedicada à maloqueiragem.

Aprendendo a traficar, conhecendo as armas, os assaltos, a malandragem que também tem sua história, inclusive narrativa sangrenta aqui na minha quebrada. Foram nessas vivências em conflito com a lei que eu conheci a hierarquia do crime e suas próprias leis. A rua ensina. Faz com que aprendamos muitas coisas e, a rua também me ensinou que o preço a ser pago é caro: estar privada dela, a liberdade, isso se tiver sorte e não amanhecer morta num beco qualquer da quebrada. Nesse contexto, eu também sofria violências de outros tipos, muitas delas ligadas ao gênero, ser mulher e integrar a maloqueiragem também foi um desafio.

Na quebrada, os manos classificam as mulheres que estão ligadas à vida da criminalidade em dois tipos. As minas bandas, mulheres reduzidas a relações sexuais. Eu não queria ser mina banda. Eu queria ser aquelas de outro tipo, a mina corre, que se vira, tem voz e atitude, é respeitada e assume responsabilidades reservadas apenas aos homens. Minas do corre são aquelas que podem ser traficantes, assassinas, são aquelas que não se sujeitam às vontades sexuais dos homens, não trocam favores sexuais por drogas ou *status*. Donas do corre têm sua postura marcada por atitudes que geram respeito e admiração do grupo social no qual estão inseridas. A ampla maioria das mulheres alcança o respeito e consideração quando são esposas dos manos considerados, aqueles que tinham poder aquisitivo, acesso às armas e drogas, que ocupavam um lugar de poder dentro do crime.

Não foi meu caso, inclusive, quero ressaltar que conquistar espaço num ambiente dominado por homens machistas era o que me impulsionava muitas das vezes a cometer atos infracionais. Atos violentos e contra a vida, mas que continham, naquele contexto social, tinham o poder de demonstrar que eu era uma dona de atitude. Em determinado momento, que eu não sei precisar quando se deu, meus parceiros da vida louca pareciam já não me ver como uma mulher.

Foi nesse momento, que eu soube: eu era uma deles. E, ser considerada, me obrigava a assumir um comportamento agressivo, violento e insensível diante dos outros e da sociedade. Tal postura, apesar de me fazer ser respeitada, em certa medida, não me blindou de diversas violências que estão presentes no cotidiano da periferia. O machismo esmaeceu, mas não sumiu, e, por isso, reiteradas vezes fui colocada à prova, apenas por ser mulher.

Passsei por abrigos e por medidas socioeducativas do meio aberto e de internação. Aos 15 anos, fui sentenciada a cumprir a medida socioeducativa de restrição de liberdade, com temporalidade máxima de 3 anos, no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE). Foi lá que vivi de perto os efeitos da ausência de políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes, ou da ineficiência governamental em assegurar a universalidade de cada direito em condições dignas. São esses vazios que empurram a juventude da periferia para o crime.

Quando a maioridade batia à minha porta, prestes a completar 18 anos, a liberdade cantou e eu jamais seria a mesma pessoa, porque naquele momento eu não sabia quem eu era e nem quem queria ser. A dona considerada da quebrada não me causava mais tanta identificação. Eu desejava ser outra pessoa, a consideração na quebrada permaneceu, mas eu me tornei outra.

Desejava seguir em frente, me reinventar como gente, abaixar as armas e recalculas as rotas. Confesso: não foi uma tarefa fácil. Me sentia deslocada, trazia comigo os hábitos vindos lá de dentro. Andava de cabeça baixa e com as mãos para trás, tinha vergonha, pois acreditava que todo mundo sabia onde eu havia passado os últimos 3 anos. Não me sentia digna de recomeçar, por incrível que pareça, eu estava livre, mas ainda continuava presa a um estigma. Marca que até hoje eu carrego, e que, de certa forma, ainda interfere na maneira como muita gente me vê no país do “bandido bom é bandido morto”.

Aos olhos de muita gente, tal estigma é invisível, no entanto eu consigo vê-lo com clareza. Tem gente que me reduz a uma egressa do sistema socioeducativo, isso interfere, inclusive, na minha carreira profissional e acadêmica. Sou a menina do socioeducativo que entrou na universidade. Conquistar credibilidade nesse campo profissional não é, nem de longe, uma tarefa simples, porque, por mais que eu tenha me provado nesse outro caminho, me tornado pedagoga, professora de ciências, educadora popular, pesquisadora, poeta, produtora cultural, gestora de projetos e escritora. Cursando diversas formações complementares, ingressando no mestrado, diante de uma parte expressiva da sociedade, tais feitos não são suficientes e nem maiores do que o estigma da privação de liberdade.

Atrás da grade e do concreto gelado, fui provocada e refleti: sonhos não ficam aprisionados, são livres. Enquanto meu corpo era privado de liberdade, rodeada por um ambiente hostil, estigmatizante e punitivo, sonhar e imaginar uma vida diferente, era um privilégio. Alimentava ali a vontade que eu tive desde criança, estava disposta a trocar a arma pela caneta. Resgatei meu sonho. Ali eu decidi que me tornaria professora, afinal, eu sempre fui do combate, só que nesse momento eu entendi que minha arma seria a educação e as balas, as palavras. Após cumprir a medida socioeducativa, quando a liberdade cantou, de fato, o sonho virou o objetivo que começou a germinar dentro do sistema socioeducativo. A semente desse sonho foi regada por uma rede de profissionais que, fazendo uso de intervenções de caráter político-artístico-pedagógico, mostraram-me que era possível recomeçar.

Levei comigo essa ideia: a esperança de mudar de vida estava internalizada com a mesma intensidade em que, a maioria daqueles que cumprem medidas socioeducativas, creem que suas vidas jamais poderão ser transformadas. Foi fazer o oposto disso, pegar outro caminho, que eu mesma havia decidido e alimentado a convicção de que eu carrego potência dentro de mim, o que me propiciou ingressar na universidade pública.

As condições socioeconômicas da minha família continuavam as mesmas, mais um aspecto que tornava meu retorno difícil. De roupa eu só tinha o conjunto branco que marca aqueles que estão privados de liberdade. Sabia que não teria condições financeiras para arcar com os estudos em instituições particulares, minha primeira alternativa, pois me julgava incapaz de passar na seleção de uma universidade pública e pagar uma graduação estava distante da minha realidade.

Se eu quisesse estudar e concluir o processo que alimentava o meu sonho, teria que pleitear uma vaga na universidade pública e enfrentar o funil social do vestibular, peitar a desigualdade de conhecimentos acessados durante a formação na Educação Básica, concorrer com a “playboyzada”. Quando abandonei a escola, estava cursando a 5ª série, hoje, o 6º ano do ensino fundamental, e só dei continuidade na vida escolar dentro do CAJE.

A organização da escola era de forma seriada, bem parecida com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quando a liberdade cantou, saí do CAJE com meu diploma de Ensino Médio. Mesmo com acesso limitado ao conteúdo formal, comecei a estudar para o vestibular, por conta própria. Conteí com livros usados e aulas particulares de matemática, sabia que as exatas eram disciplinas distantes da minha realidade. Ainda assim, persisti e venci.

Apesar da desigualdade no acesso à formação de qualidade na educação básica, aspecto que, mais tarde se tornaria outro problema para acesso à academia, enfrentei os desafios e entrei na UnB, aquela universidade, que como eu conteí para vocês, meu avô ajudou a construir e não chegou a me ver estudando nela.

Na minha primeira tentativa de ingressar na UnB, escolhi o curso de História e não passei. Eu não sabia que o que me estava reservado não era uma graduação em História, era eu mesma fazer história. No entanto, reprovar mexeu comigo, quase me rendi à ideia de que não era capaz, porém, sonhadora que sou, não desisti e continuei os estudos sozinha. Não tinha mais grana para pagar aulas particulares. Nessa etapa, senti um grande medo de não conseguir novamente, sentia-me envergonhada por não ter passado. A realidade que me encontrava também bateu à minha porta, na época, tinha um bebê de 1 ano (Miguel), sem rede de apoio. Essas circunstâncias me levaram a pensar sobre a minha própria mobilidade, caso entrasse para o curso de História no campus Darcy Ribeiro (Asa Norte), lugar no centro de Brasília, distante das periferias do DF, longe da quebrada.

Foi por meio de uma prima, que eu soube da existência da Faculdade UnB de Planaltina (FUP), um campus da UnB na minha comunidade, que como a maioria dos moradores de Planaltina, eu não conhecia. Ao pesquisar sobre os cursos ofertados, me chamou a atenção a licenciatura em Ciências Naturais. Pensei comigo: é esse curso, é na minha cidade, vai se tornar o meu campus, era minha chance.

Novamente fiz o vestibular, me lembro que chorei bastante quando saí da prova, mais uma vez, não me sentia capaz e preparada para concorrer a uma vaga na universidade pública. Os dias foram passando e o resultado chegou, as pernas tremiam, estava com medo de ver o resultado, o vazio da experiência anterior rememorava meus sentimentos, não tive coragem de olhar, pedi para uma prima que logo soltou um grito: “você passou!”.

Eu havia passado no vestibular da UnB. Fui imediatamente invadida pela certeza de que a liberdade cantaria mais uma vez na minha vida. Dessa vez, a liberdade de me tornar aquilo que eu sonhava desde pequena. Ali eu tive a certeza que não era só a Ravena que passava em um vestibular de uma universidade pública, era a Ravena, a Stéfanie, a Priscila, a Dani, a Marcela, a Eloá, o Jhonatan, o Rafael, o Júnior e todas e todos aqueles que não tiveram e não terão oportunidades como essa. Fui contemplada, a vida me deu um show e eu até apareci no show da vida.

A ansiedade bateu forte, senti no meu corpo o frio na barriga, muitas dúvidas e incertezas, mas, animada para o que eu estava prestes a viver. Chegando o tão esperado primeiro dia de aula, perguntava-me se precisaria usar uniforme, se tinha lanche, não sabia o que era esse espaço. Vi um quadro com as disciplinas e salas logo no *hall* de entrada do prédio, não tinha dimensão para onde tudo aquilo me levaria, estava ansiosa e vibrante, perdida, mas, encontrada ali naquele espaço, que eu sabia que não era só um prédio, um espaço físico, mas um espaço que eu ocuparia no campo das ideias, da produção intelectual. Estava ciente de que a minha presença naquele espaço estava carregada de representatividade, ocupar aquele lugar era um recado para os meus: era possível.

Foi uma experiência desesperadora, porque a primeira aula era de uma disciplina de química, muitas fórmulas e cálculos no quadro e o professor dizia assim: Isso eu não vou explicar porque vocês viram no Ensino Médio. Oi? Que Ensino Médio? Minha vontade era sair correndo, chorando, apesar de ter um certificado de Ensino Médio, na prática, não tive Ensino Médio, no CAJE o ensino funcionava de forma seriada, mas na prática. Minha reação foi ir para o banheiro chorar. Hoje, percebo que esse momento foi divisor de águas na minha

vida acadêmica, eu tinha duas opções: voltaria para casa e colocaria meu sonho na tranca ou seguiria em frente com o desafio de uma graduação em exatas. Optei pela segunda sentença, eu só voltaria satisfeita com o meu diploma e fui. E ter conquistado esse diploma é muito mais do que ser graduada, é um ato político, uma resposta ao sistema e sociedade que me desacreditou.

No percurso acadêmico eu vivi a universidade por inteiro. Construí e fui desconstruída, a um só tempo me reconstruí no movimento estudantil e no acesso ao conhecimento. Liderei o Centro Acadêmico do meu curso, encarei a luta com esperança de que no mundo existem mais pessoas como eu. A universidade ampliou o meu mundo e transformou minha forma de enxergar a realidade, por meio da formação política e da construção da consciência histórica, fiquei mais sagaz para perceber as mazelas e as desigualdades sociais. Tal percepção me fez entender que as juventudes na periferia, violentada, morta e encarcerada não são meramente vítimas, nós somos o alvo, porque a nossa emancipação abala as estruturas que sustentam a desigualdade.

Sendo assim, é importante destacar que a minha formação acadêmica, complementa minha experiência de vida. Dentro do sistema socioeducativo, fui diversas vezes alvo de ações judiciais arbitrárias, injustas, sem qualquer respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Convenção dos Direitos da Criança ou mesmo na Constituição Brasileira. Só percebi essas violações quando conheci e estudei tais instrumentos, me colocando não como uma egressa do sistema socioeducativo, mas como uma educadora.

Foi por meio da educação emancipadora que compreendi algo fundamental: dentro desse modelo de sociedade hegemônico, capitalista e racista, que mata e sangra a quebrada todos os dias para se manter de pé, eu seria um instrumento de transformação. Se antes eu peitava maloqueiro, naquele momento eu sabia que precisava enfrentar o sistema, esse que ainda continua a me apontar como uma fora da lei, que me não me oportuniza emprego, saúde, educação e me oferece o que tem de pior nas ruas como resposta.

A história de pobreza e violência é um ciclo vicioso que atravessa gerações, impondo uma vida desprovida economicamente, que nega aos sujeitos a chance de construir consciência histórica. Desde muito cedo percebi que a vida na periferia era carente de proteções, de acesso a direitos essenciais e marcada pela institucionalização da violência, manifestada na figura truculenta da Polícia Militar e reforçada pela mídia especializada em criminalizar a juventude periférica. Tais experiências acabam por moldar sujeitos que não se reconhecem como detentores de recursos pessoais, a realidade dura mina as esperanças de

uma parcela expressiva dos brasileiros na qual eu mesma estava incluída. É justamente este tipo de atentado contra a esperança da periferia que contribui para que esses meninos e meninas assumam uma identidade da maloqueiragem, jovens que, como eu, um dia acharam ser a criminalidade o único recurso disponível.

A experiência e o exemplo dos profissionais que me trataram como gente despertaram o reconhecimento da minha cidadania plena. Alimentando a motivação e o interesse em romper as limitações que eu mesma alimentava, mediante as taxações de que a minha experiência no sistema socioeducativo me fazia crer que seria o único caminho a seguir. Escutei muitas vezes: “vai ser só mais uma”, “do seu tipo não chega aos 18 anos”, “quando sair vai para a Colmeia².”

Contrariando as estatísticas e as condições estruturais da minha própria vida, ingressei na universidade. Foi ela que transformou a minha vida, e agora, por meio desta pesquisa, sou eu que quero transformar a universidade, provando para os meus que a universidade também pertence à quebrada. Já concluí minha tarefa de mostrar que é possível fazer uma graduação em universidade pública, mas agora assumo a missão de mostrar para a minha comunidade que podemos e devemos ser mestres e doutores. Essa jornada está apenas no começo, no entanto, só por ocupar esse espaço e ter a chance de pesquisar já é um sopro de esperança para aqueles que, como eu, tiveram seus sonhos encarcerados ou interrompidos precocemente.

Na ocasião, o projeto Pós Populares³ me acolheu, o sonho de entrar em uma Pós Graduação se torna próximo através de iniciativas solidárias como essa, que acolhe, orienta e dá suporte para pessoas de quebrada, assim como eu.

Na minha quebrada eu já sou mestra, mestra em fazer poesia, em fazer cultura, em organizar a revolta em forma de arte e rebeldia. Foi no “Poesia nas Quebradas “, projeto que fundei na universidade, graças à autonomia que o acesso ao conhecimento me concedeu. Com o projeto, dei vazão ao sonho que a um só tempo é individual e coletivo, de intervir na minha comunidade, por meio de ações que têm como objetivo substituir o crime e a violência, por poesia e cultura. Projeto que permite amplificar as vozes daqueles que, historicamente, foram silenciados, violentados e estigmatizados.

² Colmeia é como se chama aqui no DF a Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF.

³ Trata-se do Projeto de Extensão Pós-populares – Democratização do Acesso à Universidade Pública pelo Chão da Pesquisa - da Faculdade de Educação da UnB, coordenado pelo prof. Erlando Rêses, Ele visa promover o acesso à pós-graduação por meio do incentivo e apoio à elaboração do projeto de pesquisa por pessoas internas e externas à UnB.

Mostrando para a minha comunidade que o direito à expressão e comunicação é um dos que mais lhes foram roubados, a presente pesquisa se encontra sintonizada com tais vozes, é também uma expressão desses sujeitos. Pessoas que não puderam sonhar, mas, eu insisto. Sou uma combatente do sonho, e esta pesquisa de mestrado no momento é a minha trincheira. Ainda não vencemos a guerra, porém, toda vez que uma Ravena sai da tranca e conquista o direito de falar na universidade, agora no mestrado, sendo a primeira sobrevivente de medida socioeducativa de internação do Distrito Federal a receber esse título na Universidade de Brasília, uma unidade socioeducativa fecha as portas, porque demonstra que, com ações político-artístico-pedagógicas é possível enxergar para além das algemas

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias (Infopen), do Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2020), a população prisional no Brasil é composta por 812.000 pessoas, na qual 61,67% são negros(as), 75,6% homens, 75,8% possuem escolaridade até o ensino fundamental completo, 46% de crimes contra o patrimônio e 28% a crimes relacionados às drogas.

São dois tipos de tranças perante a lei que temos no Brasil, são elas o Sistema Prisional que abrange homens, mulheres, partir dos 18 anos (aqui no Distrito Federal temos como exemplo o Complexo Penitenciário da Papuda,) e o Sistema Socioeducativo que atende o público infanto-juvenil, estabelecimentos educacionais denominados no Distrito Federal de Unidades de Internação.

Quem são esses adolescentes que entram em conflito com a lei? Quem são os “cria de quebrada” que puxam uma sentença?

Com a pesquisa Perfil dos adolescentes pelo Relatório Anual do Sindicato dos Agentes do Sistema Socioeducativo do DF – SINDSSE/DF (2022), o perfil dos adolescentes em medida socioeducativa no DF é de jovens entre 16 e 18 anos, 75,6% meninos, de baixa renda e moradores de regiões administrativas afastadas do Plano Piloto (parte central do DF). Conforme o aludido estudo, 80% dos jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no DF se declararam negros, 34,9% cometeram atos infracionais contra o patrimônio e 38% são de atos infracionais relacionados a drogas.

Essa semelhança dos dados não é mera coincidência, falando do sistema socioeducativo, vale ressaltar que, em todas as unidades, de todas as categorias de medidas socioeducativas - semiliberdade, liberdade assistida, dentre outras - os percentuais de negros são superiores aos da população em geral no Distrito Federal. Tais dados nos mostram que existe um padrão, um reflexo da política de aprisionamento no que diz respeito a quem está lá, sobre sua localização territorial, cores e classe social.

Um dos desafios de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação no Distrito Federal é nem sempre ter o protagonismo de suas próprias vidas para o recomeço de suas trajetórias.

“Liberdade cantou” ou “Lili Cantou” são expressões muito usadas por adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas no Distrito Federal. Significa que os ofícios judiciais de liberação das medidas socioeducativas chegaram às Unidades de Internação, e que esses adolescentes podem retornar para suas casas e recomeçarem suas vidas pessoais e sociais. Quando a Lili canta é o sinal que os jovens podem retornar às suas quebradas de origem, territórios de pertencimentos, os quais foram arrancados pelas circunstâncias da vida ou pela lógica do encarceramento.

Eles/as se debatem com outras algemas, correntes que também cerceiam a capacidade de ler e interpretar o mundo, de dizer sobre si mesmo com possibilidade de ser ouvido (Carmo; Rodrigues; Sousa, 2020). Além do “de comer” e morar, estudar, trabalhar e ficar vivo, esses jovens também são desafiados no processo a se reintegrarem às suas comunidades, pois o estigma do aprisionamento se encontra presente na forma como se enxergam, mas também é muito forte na mentalidade da sociedade que, em tese, recebe essas pessoas.

Como esperar que, sozinhos/as, submetidos/as às mesmas privações que historicamente foram acumuladas por gerações de sujeitos periféricos, esses adolescentes poderão encontrar espaço para assumirem papéis sociais diferentes daqueles que os/as levaram à privação de liberdade? Sem oportunidades de experimentar a vida com outro estilo de estar no mundo, vivenciar um novo jeito de tratar e ser tratado/a pelas pessoas, e de acessar a abundância do necessário, quais as possibilidades de reconstrução da vida se apresentam?

As respostas para tais questionamentos suspiram violências multifacetadas nos lugares e nas vidas marcadas por privações e violações, que se desdobram desde a primeira infância, a violência e a criminalidade se apresentam mais uma vez como uma opção de acolhimento e pertencimento mais próxima. Sendo assim, a precariedade de políticas públicas direcionadas àqueles que saem do sistema socioeducativo é mais uma violação de direitos a qual se encontram expostos aqueles que deixam as Unidades de Internação.

A negligência do Estado para com esses adolescentes interfere diretamente no processo de reconstrução de jornada, atrapalha a escrita e a reinvenção de trajetórias diferentes daquelas já percorridas pelos/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade.

O Distrito Federal possui 8 Unidades de Internação: 1. Unidade de Atendimento Inicial (NAI); 2. Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS); 3. Unidade de

Internação de Planaltina (UIP); 4. Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE); 5. Unidade de Internação de São Sebastião (UISS); 6. Unidade de Internação de Saída Sistemática; 7. Unidade de Internação de Brazlândia (UIB) e 8. Unidade de Internação de Santa Maria (UISM). Para 8 Unidades de internação, quantos projetos em execução para esses adolescentes que têm sua liberdade cantada?

Na tentativa de estabelecer algum acompanhamento para egressos do sistema socioeducativo, o Governo do Distrito Federal lançou o projeto Tamo Junto- TMJ, que começou a ser executado pela Subsecretaria de Apoio a vítimas de violência (SUBAV), vinculada à Secretaria de Justiça (SEJUS), entretanto, a portaria foi revogada treze dias após sua publicação. Em 2020, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF convocou em forma de edital instituições do terceiro setor para realizar ações junto aos egressos da socioeducação. Está em processo inicial de execução o projeto contemplado pela instituição CEDECA - Escola Livre, um projeto de profissionalização para o mercado de audiovisual para adolescentes recém saídos de medida socioeducativa, O projeto Escola Livre: Cultura e tecnologia digitais atua criando espaços de expressões de adolescentes e jovens de até 21 anos, egressos de medida de internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal através de cursos e oficinas de comunicação e tecnologias digitais estimulando protagonismo juvenil possibilitando a atuação dos adolescentes e jovens nas comunidades, espaços institucionais e nas redes sociais, visando a promoção de direitos e o fomento de diálogos em torno dos direitos humanos, foi fundamental para que a literatura marginal periférica cumprisse com êxito seu papel: substitui faltas por potência, além de colaborar uma bolsa de R\$600,00, passagem e alimentação, na ocasião, eu trabalhei como educadora social por quase um ano, uma experiência intensa pelo trato diário.

A presente pesquisa busca refletir sobre tais questionamentos e contribuir nesse cenário que não é apenas do Distrito h. As nossas pessoas e nossas experiências possibilitam um desvelar que pode mobilizar agentes em prol de lutas sociais e para mobilizar o Estado para que se responsabilize em amenizar os dilemas que afligem esses adolescentes, apresentando contribuições relevantes à elaboração de políticas públicas e de acompanhamento aos egressos, construídas por quem viveu e ainda vive a realidade do socioeducativo no Distrito Federal.

Um dos intuitos desta pesquisa pretende trazer o debate dos egressos e egressas para o contexto acadêmico, como preconiza o ECA- Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a

efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Para promover diálogos com o Estado e outras esferas da sociedade para as demandas que os próprios egressos consideram mais emergenciais com base nos dados coletados pelas próprias pessoas em questão. As perspectivas e propostas presentes nesta pesquisa objetivam contribuir na construção de políticas públicas, gestadas junto aos sujeitos que experimentaram a privação de liberdade. Mostrando como as políticas públicas pensadas longe das Unidades de Internação, em salas confortáveis com ar condicionado e cafezinho na mesa, por burocratas, não dialogam com a realidade dos sujeitos aos quais se destinam e são ineficientes no que tange a reinserção deste público na vida social.

Como beneficiária e ativista em Direitos Humanos, a autora desta dissertação propõe uma abordagem política-artística-pedagógica, que será elaborada para compromisso com a transformação dos sujeitos por meio de intervenção pela política pública com ferramentas de cunho artístico e pedagógico, reconhecendo que a arte tem grande relevância nesse processo pedagógico por ser capaz de se entregar a escuta desses jovens e de potencializar o desenvolvimento sócio-histórico-cultural desse público. Na presente pesquisa, nutrimos uma preocupação em expandir as vozes e as leituras de mundo apresentadas por esses adolescentes. Outro desassossego que orienta esse esforço teórico é que os/as adolescentes possam experimentar medidas e políticas públicas que os permitam se reconhecerem como sujeitos de direitos e deveres, apresentando um conjunto de contribuições que colaborem com o fomento de políticas públicas voltadas aos egressos de medida socioeducativa de internação.

Para tal desafio, que é falar sobre um público tão diverso, mas que experimenta de maneira semelhante o estigma e violências sociais, são necessárias abordagens também diversas, olhares plurais, mas que nutrem o mesmo compromisso com a transformação dessa realidade. Abordagens teóricas e empíricas, partindo da educação popular, somadas às vivências da pesquisadora podem abranger de maneira mais eficiente a realidade do socioeducativo no DF. Para tanto, recorreremos a: pesquisa documental e analítica sobre as leis atinentes às políticas socioeducativas e sua implementação no DF; também nos propomos a contribuir na construção de um retrato pertinente à realidade desses sujeitos, colaborando com a criação de políticas públicas.

Na condição de egressa do sistema socioeducativo e com uma experiência teórica e empírica com educação popular, o presente trabalho busca uma perspectiva inclusiva, elaborada a partir do olhar e da experiência de quem puxou uma sentença. E por isso, este estudo extrapola os limites teóricos da academia, alguém que também conhece a *práxis* destes lugares.

Para construir essa pesquisa, recorreremos ao diálogo com algumas teorias de variados do conhecimento, que envolve a produção social de marginalidade na infância e adolescência; o racismo estrutural; encarceramento em massa e as intersecções de raça, classe e etarismo.

As escolhas teóricas que contribuem para as análises realizadas nesta pesquisa são pautadas no critério de serem de teóricos que compartilham de uma visão da educação como ferramenta de transformação das realidades e políticas públicas, de uma leitura de mundo decolonial.

As metodologias utilizadas são comprometidas com a amplificação das vozes dos egressos/as. Este trabalho se coloca como uma ferramenta que oportuniza um espaço de fala e escuta a todos/as que colaboram e acreditam na educação, na cultura e na arte como instrumentos capazes de transformar trajetórias e jornadas permeadas pela passagem no sistema socioeducativo.

A proposta inicial deste estudo consistia em realizar uma pesquisa-ação com adolescentes em privação de liberdade, com egressos, familiares de egressos e especialistas do sistema socioeducativo do Distrito Federal. Impossibilitada pela pandemia da Covid-19, a opção foi realizar o estudo empírico a partir do material de que disponho: Um diário pessoal escrito durante minha internação no período de 2005 à 2007. Diários de campo, relatórios, livros e registros dos trabalhos que tenho desenvolvido, trabalhando como educadora popular e realizando oficinas e intervenção social, de reflexão e de expressão artística, a partir da leitura e escrita de poesias, da cultura Hip Hop, de desenhos, cartas e de fotografias. Estas ações têm sido desenvolvidas no âmbito dos projetos: Poesia nas Quebradas; Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempos de Inclusão; Vozes da Cidadania, no Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e, mais recentemente, no Núcleo de estudos, organização e difusão do conhecimento sobre Literatura Marginal (NEOLIM), entre 2013 e 2022.

Entendo que seja respeitada a legislação vigente do ECA e do SINASE, na dimensão da dignidade humana, em que a degradação de um/a adolescente viola a dignidade de toda a sociedade conforme o ECA, há uma corresponsabilidade entre sociedade, Estado,

comunidade e família, o que possibilita gerar contextos e processos potencialmente viabilizadores de novas formas de estarmos juntos, estabelecendo uma cultura de cuidado, particularmente, de crianças e adolescentes com histórico de privação de liberdades.

Diante das experiências vividas, esse tema de pesquisa foi forjado na minha luta insistente de sobrevivência dentro de uma sociedade que julga, silencia, aprisiona e sentencia. As marcas de um cumprimento de medida socioeducativa de internação do sistema socioeducativo do Distrito Federal, a experiência de trilhar uma liberdade cantada me ensinou na própria vivência a dificuldade que se enfrenta após o cumprimento da medida socioeducativa. Realizar essa pesquisa está sendo um percurso desafiador, por abrir a porta de muitas memórias, muitos gatilhos estão sendo disparados a todos os momentos, a privação de liberdade ainda é um trauma para mim.

Me reconhecer como uma intelectual orgânica (Gramsci, 2000a), uma pensadora da quebrada, foi colocar em prática uma forma de compreender e experimentar a educação da maneira que propõe Paulo Freire, na qual se converte em prática para a liberdade. Nas palavras de Freire (1999): *A prática da liberdade dá-se pela práxis transformadora, em que criam ao mesmo tempo a história e se fazem seres histórico-sociais* (Freire, 1999, p. 106). Liberdade esta que como prática educativa precisa ser urgentemente estendida e multiplicada para toda a quebrada. E é dessa quebrada, da materialidade que os meus pés pisam, desse processo educativo que tive a oportunidade de vivenciar na Universidade de Brasília, dessa escrita vivida, comprometida com a vivência particular, mas muito marcada pela vivência coletiva (Evaristo, 2003), que dialeticamente se conecta com a realidade na qual estou inserida, que assumo meu local de fala.

Quando minha liberdade cantou, eu sequer sabia andar sem estar com as mãos para trás, não sabia por onde recomeçar, a única coisa que eu sabia era que não queria voltar para lá nunca mais. Por dois anos e onze meses, eu escrevi histórias e sonhos enquanto morava provisoriamente no Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, hoje demolido. Partes desses sonhos são reais e eu tenho muito orgulho e motivação em me dedicar à construção dessa pesquisa devido à outra política pública que me permitiu concluir minha graduação em uma universidade pública.

Trabalhando como educadora popular nas Unidades de Internação do DF, vejo parte da minha história se repetir quando a liberdade canta para esses meninos e meninas. Tais apontamentos também encontrados na pesquisa (aflição, falta de oportunidades e invisibilidade) são os principais sentimentos que se apresentam após a euforia de estar na rua

mais uma vez. Tal percepção me trouxe muitas inquietações. Para que a política pública serve, se não para transformação e ascensão social da população?

A ausência de políticas públicas voltadas para egressos/as de medida socioeducativa custa vidas, custa as nossas vidas, essas que são marcadas pela vulnerabilidade social, desigualdade, violações de direitos e diversas outras violências. Eu superei muitos desses fatores e venci estatísticas, passando dos 18 anos de idade em uma periferia violenta, o que me permite, hoje, ocupar a posição de sobrevivente, de exceção. Mas, o fato é que eu não quero ser exceção, meu desejo é que as oportunidades sejam para todos/as, seja na universidade, na escola, na cultura ou no mercado de trabalho.

A vivência no sistema socioeducativo oportuniza o compartilhamento de novas estratégias de mediação nesses espaços. Colocar este tema em debate fortalece a concepção e efetivação de políticas voltadas para a socioeducação, o que, por si, justifica o enfoque proposto por este estudo. Pois, em consequência dele, podem-se construir novos interlocutores, pessoas autônomas para pensarem novas possibilidades humanas. Como nos diz a poesia Beija-Flor, produzida em uma oficina realizada pelo Poesia nas Quebradas:

*Minha quebrada é violenta.
Mas não desisto dela não.
Eu vejo um futuro nela.
E não tem criança com arma na mão.
A arma se torna um livro.
E a criança um cidadão⁴.*

A transformação dos sujeitos só se processa quando a cultura, a arte e a educação se tornam protagonistas na quebrada. Quando os espaços são preenchidos por ações que oportunizem que a quebrada se expresse, a violência dá lugar à arte. Educação, saúde, trabalho e cultura são de extrema importância para o enfrentamento das mazelas que contribuem para que os adolescentes entrem numa vida ligada ao crime. Entendendo essa relação direta, esta pesquisa justifica-se na realidade concreta dos sujeitos negligenciados pelo Estado e pela sociedade.

Para o bom andamento da pesquisa, foram delimitados os seguintes **objetivos**:
objetivo geral: elaborar uma proposta que objetiva contribuir na execução e na elaboração de políticas públicas relacionadas aos egressos de medida socioeducativa de internação.

⁴ Beija Flor. Produzido na oficina Poesia nas Quebradas, realizada em uma turma de Psicologia da Educação, FE, UnB, verão de 2016. Vale lembrar que as cotas possibilitaram a entrada da quebrada na UnB. A referida oficina está mencionada em Sousa *et al*, 2020, p. 70.

Objetivos específicos: conhecer o perfil sócio biográfico dos (as) adolescentes que entram em conflito com a lei. Compreender o papel da arte como linguagem política e pedagógica para o convívio social e harmônico dos adolescentes que cumpriram medida no sistema socioeducativo de internação no Distrito Federal, e, por fim, identificar as políticas públicas para egressos/as de medidas socioeducativas de internação no DF, analisando o lugar que a cultura e a educação ocupam na elaboração e execução dessas políticas.

De maneira geral, a pesquisa foi organizada nos seguintes capítulos: Iniciando com as considerações iniciais, segue o Capítulo 1 - ***Muitas vezes quem tem a infância roubada acaba furtando o futuro de alguém: A produção social da marginalidade na infância e na adolescência.*** O Capítulo 2 - Socioeducação, Encarceramento e Racismo: contexto sócio-histórico sobre adolescentes em privação de liberdade, como diálogo sobre os/as adolescentes e historicidade, contemplando a discussão sobre o racismo e a liberdade ou falta dela. Seguindo com os procedimentos metodológicos com a delimitação desta pesquisa que se configura em qualitativa, autobiográfica e documental, contemplando a seguir na análise, a apresentação das categorias **acolhimento e referência, autoestima e bem-viver, profissionalização e trabalho, e por fim, arte e cultura.** Reflexões e diálogos sobre os egressos e a socioeducação, como um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da inter-relação entre práticas educativas. As considerações finais dialogam com as análises da pesquisa e finalizando reflexões sobre a pesquisa e análise desta.

CAPÍTULO I

1. *Muitas vezes quem tem a infância roubada acaba furtando o futuro de alguém: A produção social da marginalidade na infância e na adolescência*

É ponto pacífico entre os estudiosos da cultura a ideia de que os seres humanos e os processos culturais são indissociáveis. A cultura é o que nos humaniza. Pela cultura, nos tornamos gente. Humanidade e cultura se constroem mútua e simultaneamente. Cultura é a dimensão histórica, social e grupal, da vida humana em sociedade. Sem cultura não se realiza a dimensão do agir humano em sociedade: presente, passado e futuro! A cultura é a consciência material e coletiva da ação humana, na cultura está a identidade dos grupos humanos (Nunes,2016).

O desenvolvimento da humanidade está intimamente conectado às experiências que se vive. Os seres humanos se constituem a partir das condições objetivas da realidade. A um só tempo é construtor e fruto da realidade. Realidade que, por sua vez, é permeada pelas subjetividades que se desdobram no ambiente compartilhado. Nas relações com as outras pessoas, nas dinâmicas específicas dos contextos, nas práticas socioculturais. Na perspectiva de Vigotski, as capacidades do indivíduo e seu estilo de ação, suas estratégias de conhecimento, seus afetos, seus valores, e sua personalidade são construídos nas interações no ambiente compartilhado onde vive (Vigotksy, 1989).

Paulo Freire dedicou um livro à concepção da autonomia, enfatizando a importância de tal ideia na formação dos indivíduos. O educador brasileiro aponta que quanto maior for a autonomia dos sujeitos nas interações que participam, maiores são as possibilidades de desenvolvimento integral da pessoa e aprendizagem significativa, quer dizer, com potencial para gerar novas aprendizagens. Pois, ao participar ativamente do processo, a pessoa produz significados e sentidos sobre o outro, o mundo e sobre si mesma, gerando formas particulares de funcionamento psicológico (Valsiner, 1998 2022). Marx, sabiamente, pensou como se organiza e se estrutura a formação de um criminoso.

Um filósofo produz ideias, um poeta versos, um pastor sermões, um professor manuais etc. Um criminoso produz crimes. Se considerarmos um pouco mais de perto a relação que existe entre este ramo da produção e o conjunto da sociedade, revelaremos muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas ainda o Direito Penal, o professor que dá cursos sobre Direito Penal e até o inevitável manual onde esse professor condensa o seu ensinamento sobre a verdade. Há, pois, aumento da riqueza nacional, sem levarmos em conta o prazer do autor. O criminoso produz ainda a organização da polícia e da Justiça penal, os agentes, juízes,

carrascos, jurados, diversas profissões que constituem outras categorias da divisão social do trabalho, desenvolvendo as faculdades de espírito, criando novas necessidades e novas maneiras de satisfazê-las. Somente a tortura possibilitou as mais engenhosas invenções mecânicas e ocupa uma multidão de honestos trabalhadores na produção desses instrumentos. O criminoso produz uma impressão, que pode ser moral ou trágica; desta forma ele auxilia o movimento dos sentimentos morais e estéticos do público. Além dos manuais de Direito Penal, do Código Penal e dos legisladores, ele produz arte, literatura, romances e, mesmo, tragédias. O criminoso traz uma diversão à monotonia da vida burguesa; defende-a do marasmo e faz nascer essa tensão inquieta, essa mobilidade do espírito sem a qual o estímulo da concorrência acabaria por embotar. O criminoso dá, pois, novo impulso às forças produtivas (Marx *apud*, Lefebvre, 1979, pp. 80-81).

Nessas circunstâncias, a existência marginal de um determinado elemento ou conjunto de elementos pode ser o resultado da natureza mesma da estrutura vigente da sociedade (Quijano, 1978). Afinal, a criminalidade, a violência, e marginalidade são produtos perfeitos para manutenção do capitalismo, que lucra sobre nossos corpos encarcerados e ceifados, vivendo na miséria.

Falamos de uma estrutura violenta, que não acolhe e tampouco protege os filhos dessa pátria, despatriados logo na primeira infância. Quem cresce no meio da desigualdade e desumanidade muito dificilmente se tornará o oposto daquilo que foi vivenciado durante toda a vida.

A poesia que intitula esse capítulo: Muitas vezes quem tem a infância roubada acaba furtando o futuro de alguém (Vaz, 2017) sintetiza muito bem e de forma objetiva muitas realidades de como ocorre a produção social da infância e adolescência, do atravessamento nas subjetividades de adolescentes periféricos.

Por outro lado, a proporção de jovens negros e não negros varia conforme os grupos de Regiões Administrativas. Os locais de menor renda possuem o maior percentual de jovens negros (70,9%), enquanto nas regiões de alta renda apenas 38,3% deles são negros.

População jovem é aquela de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei federal nº 12.852/2013). Marginalidade na infância e na adolescência é um tema complexo e multifacetado que envolve uma série de fatores sociais, culturais e econômicos. A marginalidade surge quando as pessoas se veem privadas de acesso a direitos básicos, como saúde, educação, segurança e oportunidades de desenvolvimento. Em geral, a marginalidade se desenvolve em meio a contextos de precariedade e desigualdade, o que contribui para o aumento e aprofundamento das desigualdades na vida dos jovens. Outra grande preocupação é a violência enfrentada pelas crianças e adolescentes brasileiros. Apesar dos esforços da lei Maria da Penha, que visa proteger as mulheres vítimas de violência doméstica, ainda há muito a ser feito para proteger as crianças e adolescentes brasileiros.

A criminalidade é uma realidade que aflige as sociedades de todo o mundo. É o resultado da prática de crimes, ou seja, de ações que violam leis específicas e que representam riscos para a segurança e o bem-estar da comunidade. Existem diversos tipos de crimes que vão, desde aqueles que são considerados leves, como furto ou vandalismo, até aqueles que são considerados graves, como homicídio ou tráfico de drogas e também os crimes e criminosos/as de colarinho branco, políticos e parlamentares envolvidos inclusive na manutenção e expansão de na periferia. Cada tipo de crime possui suas próprias leis, punições e medidas de prevenção. Em termos gerais, podemos dizer que o combate à criminalidade depende de um trabalho conjunto entre os setores público e privado. O setor público deve desenvolver estratégias de prevenção à criminalidade nas periferias se nos parlamentos como parte fundamental de sua responsabilidade em promover a segurança e o bem-estar da sociedade.

A pedagogia libertadora de Paulo Freire é uma proposta de educação que busca promover a liberdade, a autonomia e a responsabilidade dos indivíduos na sociedade. Essa abordagem objetiva criar um ambiente educacional que estimule a reflexão crítica, a participação ativa dos alunos e a construção de conhecimento a partir de uma interação entre professor e aluno, além da construção de uma relação de confiança entre ambos. A educação popular de Paulo Freire valoriza a recuperação da autoestima, a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades necessárias para o exercício da cidadania. A abordagem visa estimular o diálogo entre alunos e professores, além de promover o reconhecimento da importância da diversidade cultural na formação educacional. Por isso, ela enfatiza a necessidade de se considerar as experiências de vida, as crenças e os saberes dos alunos, para que se possa construir um ambiente educacional que estimule a reflexão crítica e a participação ativa. A pedagogia libertadora também busca promover uma educação que seja mais significativa e que incentive os alunos a buscarem soluções criativas para problemas sociais. Essa abordagem considera que a educação deve ser uma ferramenta para a transformação social e que deve estimular o compromisso social e a consciência crítica dos alunos. Por isso, ela busca promover o trabalho em equipe, o diálogo entre professores e alunos e a construção de conhecimento a partir da realidade.

2. Socioeducação, Encarceramento e Racismo: Contexto Sócio-histórico sobre Adolescentes em Privação de Liberdade

A socioeducação configura-se como um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da inter-relação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, com objetivos de promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, bem como fortalecer os princípios éticos da vida social (Bisinoto, 2018).

É uma política pública direcionada às crianças e adolescentes envolvidos ou em risco de envolvimento com atos infracionais. O objetivo da socioeducação é promover reconstrução de trajetórias desses jovens e evitar que eles voltem a cometer infrações. A legislação e as políticas públicas destinadas à infância e adolescência também são fundamentais para o desenvolvimento desses jovens. Elas visam assegurar a realização dos direitos fundamentais desses jovens, bem como garantir o acesso a serviços.

De acordo com o artigo 112 do ECA (Brasil, 1990), o adolescente que comete ato infracional será submetido às medidas socioeducativas, aplicadas e operacionalizadas de acordo com a gravidade da infração. Assim, o ECA determina seis medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente, autor de ato infracional.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I. Advertência. II. Obrigação de reparar o dano. III. Prestação de Serviços à Comunidade. IV. Liberdade Assistida. V. Inserção de Regime de Semiliberdade. VI. Internação em Estabelecimento Educacional (Brasil, 2008, p.30).

Esses estabelecimentos educacionais são denominados, no Distrito Federal, como Unidades de Internação, lugares de exclusão social que marcam a maioria dos adolescentes em internação (Brasil 2006; Cláudio, 2013; Oliveira, 2012; Souza, 2015), dificultando possibilidades de ser e atuar no mundo, no que diz respeito, inclusive ao planejamento do futuro (Pereira; Penso; Ferro, 2009, Velarde Martinez, 2008; Caixeta, Cláudio, Silva, Silva, Granjeiro, 2012). Em janeiro de 2012, foi promulgada a lei nº 12.594 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o qual rege todas as medidas socioeducativas, sua orientação é mais técnica e procedimental (Ortegal, 2018).

As experiências estéticas de uma Unidade de Internação do DF não cumprem o que diz o SINASE:

(...)A concepção arquitetônica deve integrar também os demais espaços para o desenvolvimento de atividades coletivas, na perspectiva de criar ambientes que possibilitem a prática de uma vivência com características de moradia sem, no entanto, desconsiderar que é uma Unidade de atendimento de privação de liberdade (BRASIL, 2006, p.69).

A estrutura física das Unidades será determinada pelo projeto pedagógico específico do programa de atendimento, devendo respeitar as exigências de conforto ambiental, de ergonomia, de volumetria, de humanização e de segurança. Portanto, essa estrutura física deve ser pedagogicamente adequada ao desenvolvimento da ação socioeducativa. Essa transmite mensagens às pessoas, havendo uma relação simbiótica entre espaços e pessoas. Dessa forma, o espaço físico se constitui num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Além disso, é condição fundamental que as estruturas físicas das unidades de internação impeçam a formação de complexos (Brasil, 2006, p 67). Nesse sentido, o projeto arquitetônico dialoga com a temática dos egressos da socioeducação por se tratar de mais uma reprodução do que lhe é ofertado historicamente, por acreditar que ambiente também educa, humaniza e proporciona dignidade humana.

Importante salientar que o ambiente também educa e este trabalho trata de adolescentes que estiveram, estão ou estarão nessas unidades que deveriam ter um caráter educativo, desde espaço físico ao social, mental e todas as esferas que esses meninos e meninas viveram no cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade. Oferecer a eles um aspecto prisional é mais uma forma de reafirmar e de condená-los à ideia de que são bandidos, partindo da premissa de que vivemos em uma sociedade punitiva na qual o aprisionamento - intervenção que causa constrangimento e degradação - apresenta-se, historicamente, como forma privilegiada de buscar a resolução dos conflitos sociais.

Em conformidade com o art. 94 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que no inciso XVIII preconiza a manutenção de programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos, o Sinase (2012) prevê ações para acompanhar o jovem com o término da medida socioeducativa, porém, não apresenta parâmetros e estratégias para realizar esse atendimento. Há a seguinte referência para egressos de medidas:

Art. 25. A avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa terá por objetivo, no mínimo: I. verificar a situação do adolescente após cumprimento da

medida socioeducativa, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares; II. I verificar reincidência de prática de ato infracional (BRASIL, 2012, p 124.)

De acordo com o Levantamento Anual do Sinase (2017), 17.811 adolescentes cumpriram medidas socioeducativas de internação no Brasil. Esses dados trazem o alerta de que é preciso pensar em como esses meninos e meninas seguirão suas vidas após cumprirem a medida e se estão amparados pela lei.

No entanto, ao longo dos tempos, a questão do encarceramento de adolescentes se tornou cada vez mais associada ao racismo e à discriminação racial. A discriminação racial é uma forma de preconceito baseado na aparência, na origem étnica e na cor da pele. A discriminação racial é um dos principais fatores que contribuem para o encarceramento e a privação de liberdade de adolescentes. Os adolescentes negros, significativamente, são mais propensos a serem encarcerados que jovens brancos com histórico de comportamento similar. Os adolescentes de minorias étnicas também são mais propensos a serem encarcerados por delitos menores e a sentença para os mesmos delitos pode ser maior do que para adolescentes brancos.

A adolescência é uma fase marcada por um aumento da descoberta de si mesmo e por um aumento significativo do comportamento de risco. Infelizmente, isso também inclui o envolvimento em atos infracionais. Além disso, a falta de acesso à educação, serviços sociais e saúde mental, assim como às políticas de prevenção de problemas de comportamento, também criam mais vulnerabilidade para os jovens. No Brasil, existem programas de prevenção de problemas de comportamento e de promoção do desenvolvimento social, mas eles ainda não são suficientes para atender às necessidades de todos os jovens. O governo também tem seus programas de combate à violência juvenil, mas estão longe de ser suficientes.

O Manual denominado “Um Olhar mais Atento nas Unidades de Internação e de Semiliberdade para adolescentes” – Relatório da Resolução 67/2011, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2011) traz dados coletados nas inspeções realizadas, parcialmente, no ano de 2013 e no ano de 2014 e aponta que 82% das Unidades no país não têm atendimento ao adolescente/jovem egresso, nem às suas famílias. Os dados por região mostram que, no Centro-Oeste, 96% das Unidades não têm atendimento aos egressos. No Nordeste, o índice é de 85,4%; no Sudeste é de 83,5%; no Sul é de 75,6% e no Norte é de 70,7% (Brasil, 2013).

Importante destacar que, dentre as unidades que têm um programa de atendimento aos egressos, foi investigado quanto ao fomento à inserção na rede regular de ensino, sendo os resultados: no Centro-Oeste, Nordeste e Norte, os percentuais não ultrapassam 40%; no Sudeste 57,6% e no Sul 64,4% (Brasil, 2013).

Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - (Brasil, 2015), capítulo VIII, Art. 24:

§ 2º Deve ser possibilitada a continuidade ou a reinserção em cursos de Educação Profissional e a permanência em programas educacionais específicos nos quais os adolescentes e jovens já estejam inseridos.

A educação, durante e após a medida socioeducativa, deve assegurar escolarização de qualidade e diferenciada, atividades de arte e de cultura, esportes e profissionalização, exatamente como preconiza a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2012).

Reconstruir a vida e ter que estar ciente que nem tudo que foi pago quitou a dívida social, não dever nada judicialmente não quer dizer que a sentença acabou, depois que o adolescente, que cumpriu medida socioeducativa de internação, sai para o mundão, vem o taxamento de egresso/a. Esse termo me desassossega, é usado sem nenhuma reflexão sobre os impactos, estigmas e preconceitos que são enraizados ao longo das nossas jornadas. Eu, que vivo até hoje a condição de egressa, convido a uma reflexão sobre como as pessoas em geral se referem às pessoas têm um peso importante de como elas são lidas nos meios sociais, acaba nos jogando na mesma experiência traumática e estigmatizada que nos coloca de volta na sarjeta, na carceragem, na tranca. É muito mais digno e respeitoso fazer referência a quem passou por medidas socioeducativas pelo próprio nome. O problema não está no termo “egressa/o”, está na forma como ele é usado para taxar de forma pejorativa quem puxou uma tranca.

Para o sociólogo Clóvis Moura (1988), a comunidade Quilombo dos Palmares é a melhor caracterização da luta do ser negro e inferiorizado pelas classes abastadas, ou seja, o negro escravizado, opõe-se ao regime da época, que era o colonial, de modo que estes reconhecem que o trabalho era brutal e, assim, colocam-se como força contra o Estado, que enxergava o negro como mão de obra suficiente e única para a progressão das esferas comerciais. Observa-se, nesse contexto, a forte presença do capitalismo sobre a sociedade em que a luta de classes já se fazia presente, de modo que a escravização era uma forma de ascensão no mercado e desenvolvimento dos negócios da colonização.

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (Moura, 1988, p.70)

Para o supramencionado autor, a crueldade com o negro e o privilégio branco era um modelo de sociedade direcionado à eliminação de possibilidades do negro se libertar, com um único objetivo: incentivar e engrandecer o europeu. De outro modo, a comunidade negra sempre se formulou como ponte de resistência no sentido de preservar a própria cultura e de resistir sobre o cenário cruel da escravização no qual eles eram submetidos, sem qualquer reconhecimento, do contrário, sempre marginalizados, sem direito ao menos de serem considerados pessoas.

Moura (1988) propõe-nos um pensamento dialético marxista sobre os aspectos da escravização, a partir da luta de classes, que pode ser explicitamente reconhecida nessa resistência negra, desde os primórdios, de modo que, ao negro, é imposto que lute constantemente para a própria sobrevivência. A partir de tal questão, depreende-se que a organização da sociedade negra é um ataque ao capitalismo e uma luta acirrada para a redemocratização.

O imaginário social compreendido por Moura (1988) é uma das estruturas a serem combatidas, a partir de uma postura dialética e materialista aos padrões de uma sociedade que, continuamente, é contra pessoas negras como forma de alienação e silenciamento de forma racista.

A práxis é fundamental diante da luta negra, como maneira de libertação e de construção da própria história, desqualificando a formação de estereótipos em relação à cor, que tem como ideologia parar qualquer rebeldia ou luta negra. Assim, é essencial a desconstrução de imagem criminalizadora do negro, lugar que esse sempre foi colocado para o privilégio branco, de modo que se deprecie qualquer similarização do povo negro com a criminalidade e a delinquência, para uma nova integração social.

Terminada a escravidão, o negro foi atirado compulsoriamente às grandes cidades em formação, procurando trabalho. O grupo migratório estrangeiro, no entanto, já entrava maciçamente no sentido de excluí-lo do centro do sistema de produção que se dinamizava. Ele sobrou nesse processo. O preconceito de cor, neste contexto, funcionava como elemento de barragem permanente. Estereótipos eram elaborados para justificar-se porque ele não era aproveitado, criando-se um complexo de ideias

justificadoras capazes de racionalizar essa barragem. E aquele elemento humano, que durante quase quatro séculos foi o único trabalhador da sociedade brasileira, passou a ser considerado preguiçoso, ocioso, de má índole para o trabalho (Moura, 1988, p. 11).

É de grande importância, principalmente nessa conjuntura política, que nos encontremos. Estar atentos a essas práticas que permanecem violentando e aprisionando a população negra. Quando se aborda o sistema carcerário e o sistema socioeducativo, os dados da violência e do encarceramento de jovens negros escancaram sua seletividade e fragilidade. Para abrir uma reflexão, basta se perguntar: por que existem mais pessoas negras aprisionadas do que brancas? Por que o sistema socioeducativo é tão simétrico ao sistema carcerário? Qual o ponto de conexão entre esses dois sistemas? Por que o sistema educacional está tão distante desses sistemas distintos, mas que possuem em seus objetivos a ressocialização e a educação? Algumas características do perfil dos presos do sistema carcerário e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, como exemplo, a idade, a classe, a escolaridade, raça, faixa etária e o crime ou ato infracional cometido nos mostram uma paridade, não por acaso, desses dados.

A persistente presença do racismo institucional no olhar judiciário e no viés policial constitui a punição que mantém a população negra em um espaço já demarcado: senzalas, favelas, manicômios, prisões e espaços de privação de liberdade (Moura, 1988).

É sabido que o sistema carcerário e o socioeducativo, normalmente, permanecem permeados por olhares sancionatórios e estigmatizados pela população e pelas mídias. Esses, quando aparecem, é porque explodiram motins, rebeliões, mortes e fugas em massa; neste caso, com grande cobertura pelos meios de comunicação. O contexto histórico atual nos convida a pensar o quanto prender, encarcerar, aprisionar está ligado à uma condição racista e escravocrata e que tem se mostrado ainda mais consolidada à medida em que corpos negros têm ocupado espaços de estruturas coloniais, garantindo a manutenção do racismo. Reeducandos do sistema prisional e socioeducandos fazem parte das minorias (que é maioria!) indesejáveis para sociedade em que se opera a exclusão racial, o racismo, a violência policial, o encarceramento em massa e a negação dos direitos constitucionais garantidos. Uma história inteira de violação de direitos, demonstrando uma continuação punitiva e racista que marca a transição da escravização e democracia, como aponta Borges (2021), esse sistema se organizou para determinar o que, quem e como punir, adaptando-se à modernidade com os novos processos e dinâmicas socioeconômicas.

A função do Estado dentro desse sistema é a conservação da ordem e a reprodução da ideologia burguesa, a lógica capitalista que fundamenta os processos de dominação, naturalizando desigualdades.

Não há como falar desses corpos, sem trazer onde os seus pés pisam, onde o coração e a mente, muitas vezes, desandam, onde o início, muitas vezes, parece ser o fim. Aqui, refiro-me ao início, não na criação do mundo trazida na mitologia de Adão e Eva, mas a um corpo específico, daquele que luta para vivenciar o que há de mais importante no processo de desenvolvimento humano, a infância. São as estruturas estabelecidas a partir de raça e classe que vão predeterminar se eles/elas serão sujeitos de direitos, se vão pra universidade ou para um presídio.

Viver a infância num território que é estruturado a partir de uma política de morte, que denominamos necropolítica, é estar imerso também a uma política de controle social que possui raízes fortíssimas nas ideias escravocratas e racistas. Para que um adulto chegue (se tem a sorte de chegar) ao sistema carcerário, ele passa pela infância e adolescência, por isso, trago essa ideia para jogo, partindo desse ponto de vista é que crianças e adolescentes nunca foram prioridade nesse país. Desde as casas de repressão que surgem com a Lei do Ventre Livre, na qual as crianças não eram tratadas como crianças, mas, sim, como trabalhadores/as negros/as do futuro, eram nestes espaços que a educação ganhava a responsabilidade de punir e preparar para o trabalho. A ideia do „menor“ está ligada a ideia do „adulto em miniatura“, que responsabiliza a criança e o adolescente. Essa ideia é a mesma que dá origem a esse sistema punitivo que recebe o nome de socioeducativo. A mesma lógica que permeia a defesa da redução da maioridade penal, entre outros.

Em 1927 foi instituído no Brasil o Código do Menor, com viés higienista, que criou a escola de preservação para delinquentes e a escola de reforma para o abandonado. Esse era dedicado à proteção da infância e da adolescência, porém o artigo que previu que menores de 18 anos não podiam ser processados criminalmente resistiu à mudança dos tempos. Ressaltamos que não se usa mais o termo “menor” desde a promulgação do ECA, pois tem sentido pejorativo que não reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, criminalizando a partir da doutrina da situação irregular, promovendo a exclusão social, discriminação e associação da pobreza à delinquência.

O Brasil é um país que subscreve diversas declarações e pactos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, de proteção aos Direitos Humanos e que lista, na sua Constituição Federal de 1988, o direito à educação,

acompanhados de outros direitos sociais, regidos através de várias leis, diretrizes, políticas públicas e normas técnicas para assegurar esse direito em diversas esferas da sociedade.

O sistema de justiça é baseado em um sistema de controle e punição. Em vez de apenas punir, o sistema de justiça moderno procura controlar e moldar a sociedade através da punição. O estigma social é um dos principais fatores que influenciam a reintegração social de quem já ficou na tranca.

Os avanços das políticas e legislação, no que tange a mudança de paradigmas infancistas, estão na instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (1990), no qual tem como um dos princípios a proteção integral, doutrina da proteção integral no país e é fundamentado em três pilares básicos: (i) crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; (ii) possuem uma condição própria de pessoa em desenvolvimento (essa é a lógica que contrapõem a ideia do menor) ; (iii) possuem prioridade absoluta na garantia dos seus direitos. Algo que não se via no código de menores, pois não considerava a manutenção de ser uma criança e adolescente em sua totalidade. Da Doutrina da Situação Irregular, avançamos para Doutrina de Proteção Integral.

Porém, o ECA foi pouco implementado, apesar da força que os movimentos sociais tiveram nesse processo para o avanço da garantia de direitos humanos e reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Cada região tem sua necessidade, cada comunidade tem sua característica, penso que o diálogo intersetorial tende a estar alinhado a cada realidade, atendendo à realidade local. É necessário levar em consideração desde o período sangrento da escravidão até os dias atuais. Essa compreensão se torna ainda mais desafiadora quando se é negado em nossa história a própria existência do racismo, tornando essa realidade máquina de moer corpos negros, seja física ou socialmente, legitimados por um judiciário, que, por meio de leis, proporciona essa manutenção de privação de liberdade com o racismo, estrutural e institucional.

Para Flauzina (2006), é inegociável essa pauta para a elite, é uma forma de manter o decreto de morte física e social dos vulneráveis, dos rejeitados, tendo o racismo como sustentação dessa sentença, continuando assim a manutenção de corpos pretos aprisionados.

O encarceramento em massa foi normalizado e todos os estereótipos e suposições raciais que deram origem ao sistema são agora abraçados (ou pelo menos internalizados) por pessoas de todas as cores e de todas as trajetórias de vida (Alexander, 2017). As enormes desigualdades identificadas no Distrito Federal desenham cenários diferentes para cada grupo

de jovens, submetendo grande parte a uma condição de maior risco e exposição à violência. No Distrito Federal não é diferente, os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação são a expressão viva desse processo de desigualdade.

Tal dado revela um movimento de exclusão evidente de uma determinada população. No momento em que o índice de morte por homicídio de jovens brancos diminui, entre a juventude negra só aumenta. A diminuição de homicídios de jovens brancos acentua as desigualdades e alarga ainda mais a disparidade entre os dois grupos.

Assim, jovens negros são envolvidos no contexto da violência em que sofrem e a reproduzem. Com poucos recursos sociais de proteção e promoção de direitos e cidadania, adolescentes encontram dificuldades para romper com o ciclo da violência. Em geral, os adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação experimentaram elevados níveis de violação de seus direitos, de precariedade de vida, abandono do Estado e de agressões na própria pele. O contexto e a história prendem os sujeitos no lugar da não cidadania. O Estatuto da Criança e do Adolescente, quando trata do ato infracional, avança no estabelecimento de uma lógica educativa. Ao considerar a condição peculiar de desenvolvimento dos adolescentes, privilegia o caráter pedagógico das medidas socioeducativas. Diante do desafio histórico, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi criado por uma grande mobilização nacional. O Sinase defende o vínculo necessário entre os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento humano, em que o sujeito central é a pessoa (Brasil, 2019).

3. Quebrada: de onde saímos e para onde voltamos

Para esse projeto, defendemos uma metodologia político-artístico- pedagógica para elaborar um estudo sobre o papel transformador da arte, cultura e educação no sistema socioeducativo do Distrito Federal e seu impacto na realidade dos egressos. Por meio da análise de produções artísticas, imagens, poemas, músicas, diários pessoais, destacando que as políticas públicas relacionadas aos egressos podem ser construídas tendo como ponto central os olhares dos próprios adolescentes. Sujeitos, que, por meio de diversas linguagens, apresentam suas demandas específicas e, por isso, sinalizam os caminhos capazes de orientar na elaboração e execução de políticas públicas mais eficientes na reintegração e educação dos adolescentes egressos.

A quebrada é um espaço múltiplo, diverso, potente, sensível e rico em expressões artísticas e culturais, justamente por isso, difícil de analisar. Viver na quebrada é ser atravessado por marcadores da diferença. Marcas que são capazes de afetar diretamente a experiência dos sujeitos nas estruturas da sociedade. Características que, de forma interseccional, marcam a vida das pessoas. A raça, classe, faixa etária, localização geográfica, gênero, acesso à educação e cultura tornam a quebrada um lugar complexo para analisar.

“Quebrada” é uma gíria predominante no Distrito Federal, principalmente, entre a juventude preta e periférica para se fazer menção a periferias, favelas, guetos e subúrbios. O Brasil tem um passado sangrento marcado pela escravização, algo que até hoje tem suas consequências raciais, sociais, econômicas, políticas, culturais e territoriais. Os quilombos construídos para refúgio e sobrevivência das pessoas escravizadas não deixaram de ser quilombos. São, hoje, na atualidade, as grandes favelas marcadas por direitos violados, acesso precário às políticas públicas, muita pobreza, altos índices de violência e uma condição de vida negada por toda a história. Além do espaço de luta, herdamos também todas as desigualdades sociais e dificuldades do acesso à cidadania plena e uma vida digna.

Nessa perspectiva, acentuaram-se aquelas interpretações das favelas e periferias a partir do que elas não têm. Ausência de leis, ausência do Estado, ausência de direitos, ausência de cidadania, ausência de ordem, ausência de planejamento – em última instância, ausência de cidade propriamente dita. Por meio da qualificação pela negação – que é um dos modelos teóricos bastante recorrentes nos estudos sobre os pobres, os trabalhadores, as classes populares – as favelas e periferias seriam compreendidas sempre em oposição àquilo que lhes seria negado e àqueles que os negariam – ou ainda a quem eles negariam (Rosa, 2018).

As favelas, periferias ou quebradas podem ser entendidas em parte como uma consequência do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que é a chave teórica central para compreensão das periferias e criminalização da pobreza. Essa perspectiva de análise é influenciada por teorias críticas que buscam compreender as dinâmicas sociais e urbanas a partir de uma abordagem marxista.

Para Farage (2012), o território favela, na qual é chamado nesse estudo com muita frequência de quebrada, é compreendido não como expressão natural da organização social, mas como produto do desenvolvimento desigual e do capitalismo, sendo ao mesmo tempo uma máquina de produções desiguais e sociais.

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado se refere à forma como o capitalismo se expande e se desenvolve em diferentes regiões e países, criando disparidades sociais, isso se manifesta através de uma divisão territorial que cria espaços de riqueza e pobreza, de privilégio e marginalização. São resultado de um processo histórico que envolve uma série de fatores, como migração interna, falta de políticas habitacionais adequadas, especulação imobiliária, ausência de infraestrutura básica e serviços públicos, entre outros. Essas comunidades de baixa renda se formaram à margem da cidade formal, muitas vezes em áreas de ocupação irregular e sem regularização fundiária.

A hierarquização de territórios dentro da cidade fica evidente quando se observa a distribuição de recursos e serviços públicos. Nas favelas, muitas vezes falta acesso adequado à saúde, educação, transporte, segurança e saneamento básico. Além disso, essas áreas frequentemente enfrentam altos índices de violência e violação de direitos humanos.

Essa divisão espacial reflete também a segregação socioeconômica e racial, pois a população das favelas é majoritariamente composta por pessoas negras e de baixa renda. Essa realidade se torna ainda mais evidente quando surgem os bairros mais ricos da cidade, onde as oportunidades e recursos são mais abundantes.

Ao longo do tempo, o Estado e a sociedade desenvolveram diversas abordagens para lidar com as quebradas, desde intervenções violentas até programas de urbanização e inclusão social. No entanto, a superação dos problemas enfrentados pelas comunidades faveladas ainda é um desafio que requer ações integradas e políticas públicas efetivas para reduzir as desigualdades e garantir o acesso universal aos direitos básicos.

Quebrada é lugar de afeto, resistência, reinvenção, sobrevivência, qualquer verbo que indique que, ali, existem possibilidades de transformação sociais, em busca do bem viver ainda que na precariedade. o Brasil tem um passado sangrento marcado pela escravização,

algo que até hoje tem suas consequências raciais, sociais, econômicas, políticas, culturais e territoriais. E é nessa quebrada onde dormem nossos sonhos, enquanto a gente tá na tranca (Retirado do diário pessoal da pesquisadora, 2006), é que nós retornamos para casa depois de mais um dia de trabalho duro do centro, ou de um longo dia de estudo. É pra essa quebrada que os adolescentes que tiveram sua liberdade cantada também vão retornar, e que quebrada é essa que ele/a vai encontrar? Será ela um lugar diferente daquele que esteve pela última vez? Estará distante dessa realidade a desigualdade social, empobrecimento, violências.

Pouca coisa poderá ter mudado, mas, os problemas estruturais serão os mesmos ainda, será que realmente precisa ser e continuar assim? A quebrada, foi criada para não existir, para ficar de lado e não atrapalhar a burguesia, apenas sustentá-la. E toda narrativa criada em torno dela sempre foi do olhar da elite, demonizando e colocando a periferia como um canto desnecessário, não criativo, nada bonito e abandonado (Belmont, 2019).

Como bem falamos, a quebrada é afeto, e nós, moradores da periferia, só queremos igualdade nas oportunidades principalmente para nossos jovens, no direito à cidade, transporte de qualidade, acesso e acessibilidade, escolas de qualidade. Assim, essa narrativa precisa ser ressignificada, essa é uma vontade do nosso povo, que luta dia após dia por dignidade, somos também a quebrada de Paulo Freire, que diz:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1992).

Na quebrada, as histórias se repetem, na sua maioria, são de mulheres negras mantenedoras da casa, mães solo, com pouco estudo, em trabalhos subalternos, desemprego, fome e violências de todos os tipos. É o projeto perfeito do Capital, que reúne a massa pobre em um território distante dos centros, decidem a mobilidade dessas comunidades com meios de transporte público precário, definem o que vão estudar, o que comer (se comer!), pré-determinam suas profissões quando selecionam os cursos profissionalizantes viáveis aos moradores, pré-determinam quem vai preso e quem morre. Ainda nos ensinam a odiar nossa história, decidem as mídias que vamos consumir. O Estado é como se fosse um parasita e precisa da quebrada pra sobreviver, mantendo o controle das massas.

A necropolítica de Mbembe é um termo cunhado por ele para descrever a forma como a morte é usada como meio de controle social. Esta ideia baseia-se na noção de que a

morte é usada como uma forma de gerir as relações sociais e políticas, permitindo ao Estado controlar seus cidadãos mediante a ameaça de violência e morte, e limitando a liberdade individual de determinados grupos. O entendimento desse fenômeno se dá pelo racismo, assim fala Michel Foucault: O racismo é o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte entre o que deve morrer e o que deve viver. (2010, p. 214).

[...] Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de viver na dor: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias [...] (2018, p. 68-69).

O plano de manutenção do sistema para alienar o povo se mantém em todas as esferas, uma das mais importantes é no campo das ideias, no âmbito intelectual, e esse fracasso escolar que temos é parte disso. A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto (Ribeiro, 1986). Para a maioria da juventude preta e periférica (a que mais morre e a que mais está encarcerada), a educação não é vista como uma ferramenta de transformação porque a maioria tem problemas com a escola, não se sentem pertencentes a esse espaço. A escola é o lugar que deveria ser o maior prazer de toda criança e adolescente, mas, não é. Para a maioria da galera da quebrada, esse espaço formal de aprendizagem acaba se tornando mais uma ferramenta de exclusão por diversos motivos, mobilidade, escolas distantes, falta de pertencimento com o ambiente escolar e estrutura arquitetônica que lembra presídios

Os estudantes, em sua maior parte, não se reconhecem naquele espaço, e, muitas das vezes, sofrem várias violências, como racismo, bullying, estigma pelo seu local de moradia ou vestimenta, que não respeita a cultura ali exercida.

A escola tem que se preocupar com a formação plena dos educandos, sobretudo aquelas infâncias e adolescências que a sociedade trata de maneira tão injusta, tão dura, tão cruel, aqueles a quem se nega a sua possibilidade de ser criança, de ser adolescente (Arroyo, 2015).

Matar a humanidade das pessoas que são da massa popular é muito mais além dos que foram alvo de violência do Estado, seja por falta de atendimento hospitalar, seja pela arma que atira e derrama sangue na quebrada, seja por qualquer negligência do Estado.

Quando somos ensinados a não questionar, a não ter acesso aos espaços de conhecimento, quando não participamos de espaços políticos, quando a escola reproduz a educação bancária e não enxerga a escola como um veículo de conscientização, responsável pela educação política da comunidade (Davis, 2019), quando o Estado modifica o Ensino Médio com exclusão de disciplinas que focam a criticidade, quando não temos espaço de fala e levamos a vida toda no silenciamento, quando não somos reconhecidos como seres humanos. Isso mata nossos planos e sonhos, mata a autonomia e o direito de sermos críticos, nos acostumamos com a vida miserável porque não temos acesso, inclusive, à própria constituição.

Ensinam-nos a odiar política para não entender como funciona tudo, não nos ensinam sobre orçamento público, e adivinha quem está no parlamento? O perfil é o mesmo dos escravocratas, homens brancos, heteronormativos, cis e, na sua maioria, ricos. Essa representatividade eleita pela maioria de nós não nos representa, jamais vão pensar nas situações urgentes do nosso povo, da nossa diversidade, não representa mulheres negras, periféricas/as, LGBTQIA+, indígenas, e demais oprimidos.

A bolha social em que vivem nos mantêm na exclusão social, porque a grande maioria não sabe a força que a quebrada tem, mas eles sabem, por isso estão lá, nos plenários e câmaras, fazendo política para uma realidade desprezada por eles, cuidando do que a população tem acesso para garantir que não se tenha um povo pensante.

Os modelos metodológicos tradicionais, produzidos a partir de lugares sociais e epistemológicos privilegiados, mostram-se insuficientes no exercício de compreender de forma mais profunda e orgânica a realidade dos lugares periféricos, diante da complexidade da quebrada, e podar a diversidade de perspectivas e olhares que podem ser construídos estudando a quebrada:

A educação popular implica a construção coletiva de conhecimento e uma psiquê democrática (SOUSA, 2022), isto é, não apenas capaz de adaptar-se, aprender, desenvolver-se, mas também de participar na co-construção de si mesma e das outras pessoas na confrontação do ambiente – material, social, cultural – compartilhado onde vive (González; Rosa, 2014, p. 9).

Concordamos com Freire (1987) que o revolucionário se reconhece muito mais por essa confiança no(a) outro(a) do que mil ações sem ela. Segundo essa crença, no(a) outro(a) se expressa por meio de práticas pedagógicas e sociais libertadoras, em que as pessoas pensam, direcionam transformações da realidade, tomam consciência da situação

criada, escolhem suas ações e ensaiam alternativas. Consciência que, além de conhecimento e reconhecimento, é opção, decisão, compromisso.

No processo de educação popular, a arte é fundamental como dispositivo mediador da reflexão para construir significados vinculados à tomada de decisões sobre si e outras dimensões da vida e da sociedade. Especialmente a literatura, não apenas como tema (o marginal, o preto, o favelado, o deficiente), mas como leitor/a autor/a. É o que testemunha a fala de um ex-encarcerado para um presidiário que aproveitou o saidão para participar do evento de lançamento do segundo volume do livro *Poesia nas Quebradas*, em setembro de 2021: “A gente se conheceu dentro do Cascavel⁴, dentro do sistema, e olha onde a gente veio se encontrar agora! Que louco que é o poder da arte! A gente amplia os horizontes.”

A arte e a cultura são direitos humanos integrantes do artigo 27, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), além da garantia do artigo 215 da Constituição Federal: o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (Brasil, 2005)

Outros dispositivos legais também trazem essa garantia, como a lei LEI 8.069/90 (ECA): o direito à cultura deve ser garantido a toda a população infanto-juvenil (BRASIL, 1990). O artigo 8º da Lei 12.594/2012 que institui o SINASE também traz uma referência ao assunto: prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos (Brasil, 2006).

Vocês devem estar se perguntando o que a cultura tem a ver com socioeducação, egressos/as e políticas públicas após medidas socioeducativas de internação.

Em diversas leis, documentos garantem o acesso à cultura, que é tão importante quanto o direito à saúde, por exemplo, não que os outros direitos sejam garantidos como deveriam, porém, na prática sabemos o quão desvalorizado e precarizado é esse segmento em termos de acesso e fomento, principalmente, para as quebradas, pois, particularmente existe um desprezo pela cultura popular, sustentando a argumentação do motivo do acesso à cultura ser importante para a vida dos egressos do sistema socioeducativo, como na sociedade em modo geral.

A Cultura Hip-Hop é uma grande aliada das periferias, da juventude preta, da socioeducação, o Hip Hop chega onde o estado não alcança, transformando, assim, a realidade desses corpos e territórios.

Definimos a “Cultura Hip Hop” como termo que descreve um conjunto de elementos e fatores artísticos e sociais criados, desenvolvidos e agrupados pelas comunidades periféricas afro-americanas e latinas. A Cultura Hip Hop é comumente definida como a reunião de cinco elementos estruturantes principais que são: o DJ, o Breaking, o MC, o Graffiti e o Conhecimento. (Proposta de Decreto Programa Nacional de Reconhecimento e Fomento à Cultura Hip-Hop, Cap. II, Art. 3º, 2023, em tramitação para assinatura na Casa Civil).

O Hip Hop é um movimento sócio-cultural-político, ligado às identidades negro-juvenis e territórios periféricos que abrange uma série de manifestações artísticas, políticas e sociais, promove a inclusão cultural, social e individual, a democratização do conhecimento, da arte e mobiliza discussões sociais para políticas e culturas, bem como o combate às violências. Fortalece a busca por igualdade, por meio das vivências de contextos que valorizam a diversidade de atuação e expressão, com vistas ao aprofundamento da interação entre a comunidade artística e a comunidade local e nacional.

Levando em consideração tais questões, esta pesquisa opta por mesclar metodologias diferentes como a metodologia qualitativa e autobiográfica, observando que cada maneira de analisar a realidade privilegia algum aspecto específico por meio de uma articulação entre a autobiografia da autora e as diversas produções culturais vinculadas à experiência no sistema socioeducativo. No entanto, outra questão se apresentou e foi decisiva para o delineamento desta pesquisa: as vivências na periferia são fundamentais para a compreensão das experiências e dos sujeitos periféricos. Conhecer as condições objetivas da realidade da quebrada, suas limitações e potência criativa se apresenta como diferencial que possibilita um mergulho mais profundo no objeto desta pesquisa.

Apesar dos incessantes ataques e tentativas de deslegitimação, apagamento, racismo e violência estatal, não foram suficientes para sufocar as vozes e as cabeças pensantes nas periferias. Os lugares marginais, ainda que diante de inúmeras dificuldades que estão diretamente relacionadas aos problemas estruturais da realidade, sempre se constituíram como espaços de produção do conhecimento.

A precariedade da realidade, apesar de dolorida, propiciou a criação de metodologias intimamente conectadas às vivências periféricas. A quebrada nunca deixou de

pensar e de inventar formas de ver, analisar e transformar o mundo. A difusão das teorias decoloniais e os debates realizados nas universidades apresentam possibilidades e encorajam os sujeitos, historicamente marginalizados, a elaborar seus próprios fundamentos epistemológicos, inclusive a criação de metodologias autorais, elaboradas no coração da quebrada, por pessoas da quebrada.

4. Vishe, muita treta: procedimentos metodológicos

A escolha metodológica da pesquisa não foi uma tarefa fácil. Durante a minha trajetória na universidade, sempre ouvi falar que a metodologia de uma pesquisa era um dos pontos principais do trabalho, pois a mesma descreve exatamente todo percurso e método científico.

Neste trabalho, eu falo das minhas experiências, de como vivenciei algumas situações e das estruturas que, na maioria das vezes, violaram-me violentamente e de como elas me ajudam a pensar em outras possibilidades fora da ótica da punição e do estigma. Muitas vezes, eu saio do papel de pesquisadora e me coloco de novo como adolescente do sistema. Como minhas subjetividades se encaixam num método científico? A *práxis* humana, como descrita por Ferrarotti (2010) e fundamentada nas ideias de Marx, refere-se à maneira como os indivíduos se relacionam com a sociedade e como suas ações revelam as apropriações das relações sociais e das estruturas sociais. O processo de interiorização e exteriorização mostra a natureza dinâmica da subjetividade, que é constantemente moldada e influenciada pelas interações sociais.

A natureza das fontes e minha trajetória pessoal como pesquisadora e artista impuseram a necessidade de diálogo com metodologias autobiográficas. Reconhecer minha própria trajetória como mulher de periferia é algo capaz de incidir na construção das narrativas oficiais, a partir de narrativas pessoais para pensar questões estruturais e problemas coletivos. Tais metodologias potencializam a força do testemunho e reivindicam a legitimidade das experiências periféricas como produtoras de conhecimento.

Este estudo foi construído por meio de leituras de materiais diversos e participação em aulas e eventos acadêmicos relativos ao tema. Os aspectos focados nas experiências empíricas serão orientados pela metodologia qualitativa.

Imagem 1: Encontro dos GMFs e da Justiça Juvenil no Conselho Nacional de Justiça (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal. Na foto há juízes e desembargadores, atuantes com o sistema socioeducativo brasileiro.

A abordagem qualitativa é coerente com o estudo proposto porque enfatiza as pessoas: como se expressam, o que é importante para elas, como atuam e pensam sobre suas ações e as dos outros (Sampieri; Collado; Lucio, 2013; Souza, 2011). A metodologia qualitativa é adequada, também, porque possibilita uma seleção de itinerários flexíveis, condição essencial para a atuação em contextos complexos, imprevisíveis, (Caixeta; Sousa & Santos, 2015). Esta abordagem metodológica possibilita que esta pesquisa se fortaleça como um espaço de protagonismo dos sujeitos.

Quanto ao uso das narrativas, elas potencializam autonomia, desenvolvimento e aprendizagens na medida em que, ao narrar, a pessoa evoca, seleciona e organiza os eventos que compõem sua história, de maneira dinâmica, lembrando o passado, construindo explicações sobre o presente e relacionando-as às expectativas de futuro (Brunner, 1990).

As narrativas serão usadas neste estudo em seu caráter essencial, isto é, o modo como os indivíduos interpretam a realidade social, sua historicidade e a sua unicidade (Ferraroti, 2010) para, a partir daí, sistematizar contribuições à área de políticas públicas, particularmente, aquelas voltadas para adolescentes egressos de internação.

5. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Nada para nós, sem nós e o que nos conecta são as vivências com muitas possibilidades de expressões. A literatura marginal é uma parte expressiva do material analisado, são livros e escritos produzidos por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, liberdade assistida e pós medida de internação.

Literatura marginal são as poéticas e linguagens desenvolvidas pelos sujeitos historicamente estigmatizados. Portanto, literatura marginal é a literatura que é produzida por aqueles/as que historicamente não puderam registrar as suas narrativas e poéticas: periféricos, negros, pessoas privadas de liberdade de ser. (Carmo, Sousa, Franco, no prelo)

Aproximando a linguagem escrita da linguagem oral, a escrita marginal denuncia prepotência, desmandos e descasos, enquanto evidencia práticas de resistências extensivas a um propósito político em sentido amplo. “A escrita não é inocente, tem um propósito político em seu sentido mais amplo” (Conceição Evaristo em Duarte & Nunes, 2020)

O "escrito marginal" refere-se a formas de expressão literária que muitas vezes não estão alinhadas com as normas dominantes da sociedade. Essas formas de escrita frequentemente emergem de contextos periféricos ou marginalizados e podem ter características como linguagem não convencional, temas sociais e políticos, e perspectivas alternativas. O/a autor/a ou autores/as do "escrito marginal" muitas vezes assume uma voz coletiva, expressando não apenas suas próprias experiências e pensamentos, mas também os de sua comunidade, do contexto no qual está inserido.

A referência à "Escrevivência" está relacionada à prática literária que envolve escrever sobre si mesmo, mas de maneira que se amplia as vozes e as experiências da comunidade. Isso significa que o autor ou autora, ao escrever sobre sua própria vivência, também traz à tona as histórias e vivências de outras pessoas ao seu redor. Isso resulta em uma escrita que não é limitada à perspectiva individual, mas que se torna uma representação mais abrangente da coletividade.

Em resumo, a ideia central aqui é que o "escrito marginal" e a prática da "Escrevivência"(prática literária negra, feminina e pobre), proposta por Conceição Evaristo, com abordagens literárias que se distanciam da voz pessoal tradicional e buscam dar voz a experiências e perspectivas coletivas, especialmente aquelas que são marginalizadas ou

periféricas na sociedade. Isso permite que a escrita transcenda o indivíduo e contribua para uma compreensão mais profunda das histórias e realidades das comunidades marginalizadas.

A literatura marginal aqui tem um peso de extrema importância porque é um material construído por nós. O material que é utilizado como fonte de dados coletados desta pesquisa se constitui em:

1) Um diário autoral da pesquisadora escrito no CAJE no período entre 2005 e 2008 enquanto a mesma ainda cumpria medida socioeducativa de internação;

2) Sete livros de poesia com participação direta da pesquisadora, sendo eles 4 como organizadora e 3 como colaboradora:

- Para além das algemas, Brasília, 2017;
- Se a história é nossa, deixa que nós escreve, Brasília, 2018;
- Nós também é humano, Brasília, 2019;
- Poesia nas Quebradas v.1. Planaltina DF, 2019. (organizadora);
- Poesia nas Quebradas v.2, Planaltina DF, 2021 (organizadora);
- Passarela do Pistão, Taguatinga DF, 2023. (organizadora) *livro exclusivo feito com egressos);
- Quebrada Livre, Planaltina DF, 2023. (organizadora) *livro exclusivo feito na Unidade de Internação de Planaltina e GEAMA Planaltina).

3) Questionário de entrevistas respondido por 11 egressos e egressas que cumpriram medida socioeducativa de internação.

5.1. CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Para construção dos dados, foi necessária a organização do material para uma leitura crítica e intensa. Por leitura intensa entendemos a leitura e releitura dos registros feitos, com objetivo de organizá-los a partir do interesse da pesquisa. (Cláudio; Bizerril, 2015), Iniciei pela leitura do meu diário pessoal, o que me causou bastante dor, Minhas escritas neste diário mostraram para mulher que sou hoje o quanto eu era uma menina vulnerável e quanto eu gritava por socorro naquelas palavras, muitas escritas em papel de pão ou um pedaço de papel rasgado, nem sempre tínhamos folhas para escrever, fiz esses registros no que tinha disponível na época.

Enviei o formulário para as pessoas que eu selecionei, todas e todos egressos/as e que cumpriram medidas socioeducativas em diferentes momentos. Foi construído um roteiro de questionário com perguntas relacionadas a pós medida de internação. O roteiro foi construído com base no objetivo da pesquisa, na literatura estudada e pela minha percepção enquanto pesquisadora. Ao todo o roteiro continha 22 perguntas (em anexo).

A escolha dos participantes da pesquisa se deu a partir do vínculo que tenho com esses meninos e meninas, acompanho vários/as ao longo desses anos e mantemos contato via redes sociais, sempre que possível, presencialmente. Expliquei a importância deles responderem o questionário de livre e espontânea vontade, exercitando a autonomia em querer colaborar ou não com a minha pesquisa, fizemos uma reflexão de como era importante a participação deles e delas, não porque eu estava pedindo, mas porque era um assunto relevante para nós.

Enquanto eles respondiam o questionário, eu fazia a leitura dos livros selecionados na coleta de dados. Todos esses livros perpassam meu trabalho dentro do sistema socioeducativo, reler essas poéticas foi um dos momentos que me coloquei como adolescente do sistema, era minha poesia escrita ali também, mas pela escrita de outro adolescente.

5.2 Um pouco sobre a vida de meninos e meninas que cumpriram medidas sócio educativas no DF: resultados da pesquisa

A análise aqui apresentada é o resultado da pesquisa, de modo que os objetivos alicerçados foram: elaborar uma proposta que objetiva contribuir na execução e na elaboração de políticas públicas relacionadas aos egressos de medida socioeducativa de internação, quanto aos específicos: conhecer o perfil sócio biográfico dos(as) adolescentes que entram em conflito com a lei. Quem são as crias da quebrada que puxam uma sentença e de onde eles vieram? Compreender o papel da arte como linguagem política e pedagógica para o convívio social e harmônico dos adolescentes que cumpriram medida no sistema socioeducativo de internação no Distrito Federal para, então, construir essa pesquisa com reflexão e diálogo com teorias que envolvem a construção social de marginalidade na infância e na adolescência; o racismo estrutural; encarceramento em massa e as intersecções de raça, classe e etarismo.

Em prosseguimento com a análise, é importante salientar a exposição e uso de categorias para a melhor explanação e identificação do que foi proposto, conforme a adoção

da Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin (2011). Assim, , as categorias foram que se destacaram do material de pesquisa foram: **acolhimento e referência, autoestima e bem – viver, profissionalização e trabalho, e por fim, arte e cultura.**

A relação entre os dados obtidos, a fundamentação teórica e a experiência empírica da pesquisadora é que darão sentido à interpretação. Bardin (2011), nos diz que o termo análise de conteúdo significa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Os resultados da pesquisa serão apresentados considerando as categorias produzidas na análise.

ACOLHIMENTO E REFERÊNCIA

Essa primeira categoria se apresentou como a mais sensível e decisiva e que mais se relaciona com a humanização do processo de saída para o território, é o momento em que mais somos vulneráveis. Saímos com medo, de cabeça baixa, tendo a certeza que o futuro é incerto, continuamos a caminhar com as mãos para trás, muitas vezes, as únicas peças de roupas temos ao sair são o “kit tranca”: camisa, bermuda e chinela branca. A insegurança alimentar é uma realidade constante nas periferias e é pra lá que a gente volta, ou seja, comida na mesa também não é uma garantia.

Esse acolhimento precisa ter uma abordagem com o reconhecimento racial, visto que a maioria dos adolescentes são meninos negros e de periferia.

Ter um ponto de acolhimento e de referência para o adolescente, como por exemplo, quando este sai do encarceramento, o primeiro contato com a sociedade é complexa, essa referência precisa ser afetiva e principalmente, ela precisa ser mais acolhedora que o crime. O que nos mostra é que essa referência precisa ser construída ainda na medida de internação.

[...] E foi assim até o dia em que eu cá, logo eu vi que não era isso que eu queria pra minha vida, Eu? Só quero sair daqui e ser orgulho pra minha família (MLA, adolescente

da UISM - Trecho do poema Surdo, do livro Para além das algemas, p.18). Assim, o acolhimento vai identificar se o adolescente tem uma casa, pois muitos adolescentes necessitam que se realize, também, um trabalho com as famílias antes mesmo da saída para que o lar esteja preparado o recebimento dos mesmos, isso quando eles têm um lar para voltar, nem todos os adolescentes têm casa ou família e esse fato tem total influência de como será a vida desses meninos e meninas na reconstrução de suas trajetórias e esses meninos e meninas precisam de atenção redobrada do estado pós- medida.

Hoje preso, trancafiado sinto falta da família. Da liberdade, mas, quando sair, pra favela vou voltar, nesse dia minha coroa vai se orgulhar de mim. (J.R. adolescente da UIP - trecho do livro Quebrada Livre, pg. 72).

Esse é o momento em que é preciso garantir condições básicas para a sobrevivência e retorno à sua comunidade de origem. Geralmente o que ocorre é uma rejeição social, preconceitos, racismo, uma extrema dificuldade em matrícula na escola, acesso a benefícios e programas sociais

Então, a partir desses diálogos, observa – se que o acolhimento poderá garantir o cuidado e a oportunidade para a mudança de vida.

Quando eu penso na visita da Ravena, eu consigo enxergar com mais sensibilidade a representatividade de como ela é importante e essencial. Ela passou por tudo o que passamos, sentiu o que sentimos, era a pessoa do lado de lá que conhecia e entendia aquele lugar para além do que está escrito nos livros. Ela já dormiu e chorou numa jega* de pedra como nós, andou algemada, esperou a família no final de semana e esperou como ninguém a libera*. Ela sabia. E ela estava lá de volta, mas entrando pela porta da frente, pra dizer que tem como viver de outra maneira no mundão, que existe gente igual nós que foi à universidade. Quando eu sai e consegui ingressar em uma faculdade, o espelho aumentou, e eu a ouvi dizendo que teve dias que chorava no banheiro da UnB, que pensava que aquilo ali não era pra ela. Eu senti isso diversas vezes e não teve uma vez que não pensei nela, lembrei que dava, sim, que era só uma fase e que iria passar. Bom, nós duas nos formamos. E, com ela que aprendi que lugar de periférico é a onde ele quiser. (Iasmin Baima - Trecho do livro Um salve de mudança p. 32)

Deste modo, o acolhimento e a referência para os adolescentes de medida socioeducativa de internação são aspectos fundamentais para promover a reintegração desses jovens na sociedade e ajudá-los a construir um futuro melhor, com novas oportunidades de estudo, profissionalização, trabalho e cultura. Essas iniciativas visam oferecer suporte, orientação e oportunidades para que esses meninos e meninas possam reconstruir suas vidas de forma saudável e com dignidade humana.

[...] *Saidão de natal, to de rolê na quebrada e fui no mercado com minha mãe, quando nois chegou na quina trombamos o professor de grafitti Rafael Jetmix, grafitando o muro. Na hora que eu vi ele eu dei um grito, ele me olhou surpreso e deu um sorrisão, fiquei muito feliz de encontrar ele na rueira, quando voltamos do mercado, vi que ele tinha grafitado meu nome, não lembro de ter ficado tão feliz nos últimos tempos.* (Trecho do diário pessoal de Ravena, 2007).

[...] *Ao conhecer essas pessoas educadoras, vi que tinha algo diferente: elas não me olhavam com um olhar de julgamento, elas viam algo em mim que até eu mesmo não via...* (Adolescente da UISM, texto de um menino, trecho do livro *Um salve de mudança* p 42).

Nesses dois trechos é notável a importância dessa referência afetiva, a construção desse vínculo se deu a partir da Cultura Hip Hop. Só é possível alguma mediação com vínculos de confiança que são construídos entre educadores e socioeducandos (Zappe, 2016). Essas pessoas das quais esse menino se refere, eram eu, Markão Aborígene, Webert Cruz, Eulla Yá, Thaywane Gomes e Thalita Oliveira, educadores do projeto Vozes da Cidadania, ativistas e colaboradores da Cultura Hip Hop.

É interessante perceber a importância do apoio, tanto psicológico quanto social, para a reintegração desses jovens: [...] *A primeira impressão foi aquela desconfiança, mas depois a gente viu que era confiável, que podia conversar sobre coisas que acontecem dentro do módulo e outros assuntos* (Adolescente da UISM, texto de uma menina, trecho do livro *Um salve de mudança* p 72).

Existem diferentes estratégias e serviços que podem ser implementados para auxiliar os egressos do sistema socioeducativo, como, por exemplo, a criação de políticas públicas que contemplem a criação de trabalho, arte e cultura que os amparem sem preconceitos. [...] *Caminho sozinho, ninguém me acompanha. Nunca vi um céu tão, o ar aqui tá diferente, mal me lembrava como era andar com as mãos pra frente e a cabeça erguida* [...] (Markão Aborígene e jovens da Unire -trecho do poema *Azul e Branco*, do livro *Para Além das Algemas*, pág. 36)

A partir dos relatos, compreende-se que a reintegração dos jovens na sociedade vai além de uma utopia de que estão ressocializados, para isso é extremamente necessária a criação de redes de apoio para que realmente seja materializada essa intenção.

AUTOESTIMA E BEM VIVER

Essa categoria se revelou relacionada à categoria acolhimento e referência. [...] *Vem e me pergunta: porque sou assim? Foi a falta de oportunidade por ser periférico e neguim* (T.R.M. adolescente da UIP -trecho do livro Quebrada Livre, pg.66). É esta que vai fazer com que o adolescente visualize algumas oportunidades, principalmente de adolescentes negros/as que se sentem estigmatizados após a saída desse encarceramento. [...] *Ai, fii, vai por mim a gente tem uma chance agarre tua liberdade Como nunca antes...*(Markão Aborígene e jovens da Unire - trecho do poema Azul e Branco, do livro Para Além das Algemas, pág. 37)

Essa categoria se destacou por demonstrar aspectos relacionados aos fatores socioeconômicos e emocionais. [...] *Mas, o que nos faltava era condição por conta disso, altos vacilão desmereceu, chinelo quebrado, prego na correia. Viver essa vida não é brincadeira. Aí, depois que nós se envolve, em neguinho dizer que é por besteira [...]*(Brau, adolescente da UIP - trecho do livro Quebrada Livre, pg.66). Este é o momento de promover um acompanhamento psicológico para que o mesmo saiba identificar quais são os próprios sofrimentos, como lidar com os julgamentos e como poderá prosseguir para uma vida normal.

Esse atendimento psicológico é importante para ser estendido a família caso esse adolescente tenha. [...] *A cicatriz não recupera com o tempo de cela. Os menor estão perdidos entre becos e vielas* (J.K, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação da UIP -poema do livro Quebrada Livre, pg 64). Deste modo, observa-se, assim, no diálogo pessoal:

Eu existo e mesmo você dizendo que não conseguir, eu vou resistir e mostrar que, melhor que sonhar, é realizar. Para ajudar meu filho e minha família, uma casa boa, não pagar aluguel. Meu sonho é que todos tenham o direito de sonhar, de comer [...]Poesia coletiva produzida pelos adolescentes da GEAMA (trecho da poesia Quebrada também sonha, do livro Quebrada Livre, pg 43).

Essa categoria buscou também identificar a questão da autoestima, da falta de oportunidade e do bem viver como pontos básicos que viabilizem a alimentação, à educação e o trabalho, cuidados de higiene pessoal e conteúdo que se relacionam com uma experiência de sucesso pós medida.

[...] o que deveria ser incluído é o apoio que o jovem e sua família devem receber após o desligamento da medida. A maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais, após o desligamento, voltam a cometê-los e até evoluir na vida de crimes, porque não têm o apoio psicológico e social necessário. Adolescentes em

cumprimento de medida de internação da UNIRE (Trecho do texto “Oportunidade ou direitos?” Poster que compõe o livro Nós também é humano).

Para adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação, a construção da autoestima e o bem-viver podem representar um desafio adicional é essencial para esta etapa pós-internação, considerando as dificuldades e estigmas associados à experiência vivida. [...] *Esperança com um futuro com mais justiça e igualdade, educação, oportunidade, sem violações e opressões. Fé que vai dar certo* (Adolescente, menino da UIP - trecho do poema Favela Vai Vencer, do livro Quebrada Livre, pg. 47).

[...] Quando eu sair daqui eu acho que preciso cuidar da cabeça. Quando eu ouço o barulho da porta abrindo e o cadeado batendo fico com medo, não sei o que vai acontecer. Tenho medo do cheiro daqui ficar pra sempre impregnado em mim (Trecho do diário pessoal de Ravena, 2007).

No entanto, é possível desenvolver uma autoestima saudável e buscar uma vida plena com apoio familiar, social e governamental, apoio este que deve ser iniciado ainda na medida socioeducativa de internação. É necessário compreender que estamos falando de meninas e meninos que, desde a primeira infância, sofrem diversas violências, quase sempre uma vida precária envolta de racismo em suas várias faces: emocional, ambiental, cultural e social.

A autoestima e o bem viver desses adolescentes de periferia, que puxaram uma tranca, é tão importante nessa reconstrução de trajetória pós-medida, ao termos adolescentes em harmonia consigo mesmos, teremos novos olhares vindo deles, enxergando-se e enxergando como se veem no mundo, assim como a possibilidade de enxergarem outros caminhos além do crime. Lugar de periférico é onde ele quiser. A dignidade não se negocia e o amor não se mendiga.

PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO

A categoria profissionalização e trabalho se apresentou muito importante e conflituosa para os/as adolescentes. Ao sair e não ter uma renda é realmente muito difícil e na nossa sociedade que é meritocrata e higienista, as coisas se complicam mais ainda. Sendo um adolescente de quebrada, mesmo a lei dizendo que esse adolescente tem que se

profissionalizar e estudar durante a internação, não é o que ocorre na íntegra e o resultado disso são muitos adolescentes que já saem vulneráveis pelo próprio contexto e com um adicional de não ter no mínimo uma profissionalização, de nunca ter tido alguma experiência profissional: [...] *Sonho com a oportunidade que nunca tive, de conseguir um emprego e fazer meus pais felizes. Uns vão falar que não corri atrás, outros vão falar que foi a falta de apoio dos pais, mas eu procurei várias vezes, tentei, não tive chance, olha onde eu acabei.* (Adolescente da UNIRE, texto de um menino, trecho do Pôster que compõe o livro *Nós também é humano*).

Essa profissão pode ser formada a partir de programas com auxílio de bolsas, fornecendo ajuda de custo para o egresso, de modo que consiga garantir a própria sobrevivência e garantir necessidades pessoais básicas, como, por exemplo, cortar o cabelo, alimentação e saúde física e mental, e, principalmente, a disponibilização de cursos profissionalizantes para que consigam realmente a reinserção social e no mercado de trabalho.

[...] Eu sempre quis ser professora, mas o crime rouba a gente, igual os 157 toma de assalto na quebrada. Aqui dentro eu pensei nisso de novo, mas quem ia querer ter uma professora ex-presidiária? Penso nisso até chorar, mas quando sair daqui eu quero estudar e trabalhar. (Trecho do diário de pessoal de Ravena, 2007)

[...] Mas às vezes o menor entra no crime por necessidade (Mailon Miguel, trecho do poema *Realidade*, do livro *Passarela do Pistão*, p.40). Então essa categoria se revelou muito potente dentro da medida socioeducativa, porque esta não é só uma pós-medida, mas começa ainda na internação e continua após medida socioeducativa: *falta Humanização, situação precária, mas não pode falar que é carcerária. profissionalização? Aqui não* (Ravena Carmo -trecho do poema *Só Ócio Educa Ação*, do livro *Para Além das algemas*, p.30).

É comum e normal os/as adolescentes queiram ter um tênis, tomar um sorvete, sair para se divertir ou ajudar em casa. O capitalismo evidencia, o tempo inteiro, que eles precisam de roupas legais: *como falar em socioeducação, sem educação[...]* *Só me resta a solidão, tô ligado que o crime é ilusão, saí do crime, vão, vai estudar, vai tramar [...]* (Zaca, Gus e Math -trecho do poema *3 Minutos*, do livro *Para além das Algemas*, p.34).

Deste modo, essa categoria demonstrou que é a categoria que mais mata, por que a falta de trabalho e a falta de profissionalização, bem como a não disponibilização da

educação, coloca esse adolescente num alto risco de vulnerabilidade:[...] *Entrevista de emprego, passei no vestibular me inscrevi, primeiro salário ganhei bolsa de estudo, consegui [...]* (Markão Aborígene e jovens da Unire - trecho do poema Azul e Branco, do livro Para Além das Algemas, pág. 37).

Com isso, analisamos que essa categoria é a que mais deve ser trabalhada e viabilizada. Tendo como opção trabalhá-la dentro da educação e da cultura e possibilidades de influenciar e apoiar a cultura do Hip Hop, o que influencia esses adolescentes a serem um profissional no que mais gostam, que, geralmente, é a cultura e a arte.

Fiquei um tempo internado em uma unidade socioeducativa e parei para refletir sobre o que eu queria de verdade para minha vida. Pude perceber o quanto minha família estava sofrendo e tomei uma decisão de não querer a vida do crime para mim. O tempo foi passando, mas não tive a oportunidade de fazer nenhum curso profissionalizante, para quando fosse desligado da medida, ter algo pra me segurar. Ter um novo recomeço de vida. (T.M.S.R. adolescente da UNIRE - Trecho do pôster que compõe o livro Nós também é humano).

Proporcionar o trabalho é uma alternativa necessária e que possibilita maneiras diversas para que os adolescentes egressos possam ter uma expectativa de vida e ter um trabalho para sobreviver:[...] *A falta de oportunidade me fez envolver, a fome não espera. Não vou pagar pra ver. Pra sociedade todos ladrão. Entramos pro crime por falta de opção. Fui atrás de um trampo foi sempre ilusão, muitos vão te julgar, poucos estender a mão* (Adolescentes da UIP - trecho do poema Coletivas, do livro Quebrada Livre, pg. 55). É necessária e fundamental essa medida que envolve toda a sociedade.

ARTE E CULTURA

A categoria arte e cultura é a que mais encanta, está presente em todas as outras a partir da educação popular. [...] *De tudo, o que mais me marcou foi o dia em que eu ganhei a gravação da minha nova música, e breve irá sair um videoclipe, que eu creio que vai explodir e impactar corações com o que eu tenho a passar em minhas canções.* (Adolescente da UISM, texto de uma menina - Trecho do livro Um salve de mudança p35).

Entende-se que podem ser realizadas diversas formações através desse movimento de cultura em especial o Hip Hop, por ser uma linguagem que nasce nas ruas e nas periferias, com o funcionamento das políticas públicas, o que pode ser feito para que esse seja um caminho possível, também, para reinserção e uma reconstrução da personalidade e vida do egresso. [...]

vou sair da vida do crime e mudar minha história. Meu sonho é ser MC.

Quem sabe um dia nós estoura [...]. V.F, Adolescentes da UIP(trecho do livro Quebrada Livre, pg. 78, 2023).

A arte é que ameniza, distenciona e cria perspectivas em locais de privações de liberdade. Proporciona expressão de experiências pessoais e comunitárias: A arte e a cultura é muitas vezes usada como uma forma de expressão para as pessoas compartilharem suas experiências pessoais e as experiências de suas comunidades. Isso incluiu narrativas sobre desigualdade, brutalidade policial, discriminação racial e social, pobreza e outros temas que afetam a liberdade e a justiça de forma direta à esses adolescentes.

Através de oficinas que o Hip Hop foi ferramenta de facilitação, inclusive para própria construção dos livros analisados, foram abordados temas como:

Conscientização política: através de letras de rap que abordam questões políticas e sociais, chamando a atenção para questões que afetam a liberdade individual e coletiva..

A resistência cultural também é uma forma de memória. Através da música, da dança, do graffiti e dos elementos da Cultura Hip Hop, permitem que os adolescentem reconheçam sua identidade, preservando a sua liberdade de expressão e individualidade. Além de abordar problemas sociais, a arte e a cultura, também transmitem mensagens de esperança, superação e empoderamento. Isso nos inspira a lutar pela liberdade e acreditar em um futuro melhor.

A Cultura Hip Hop também desempenha um papel importante na documentação da história das comunidades urbanas marginalizadas, periferias e favelas, inclusive, documenta esses processos de privação de liberdade através de escritos, poéticas, cartas, composições de música, desabafos ou mesmo um diário. As músicas e letras de rap frequentemente contam histórias que não são amplamente representadas na mídia convencional, preservando assim a história e a memória de uma comunidade, o que possibilita entender o passado, o presente e prospectar o futuro, principalmente no que tange a juventude negra.

A arte e a cultura continua sendo uma voz poderosa na busca pela liberdade e justiça em muitas comunidades ao redor do mundo, em locais de privação de liberdade, tem outro peso, é o que nos faz lembrar que somos seres humanos: *[..] Já tem um mês que a encarregada recolheu nosso som, a gente só ouve o barulho de cadeado batendo ou alguém chorando no boi, as meninas estão nervosas no banho de sol [...]* (Trecho do diário pessoal de Ravena, 2007).

Verifica-se que a cultura e arte é o que podem refundamentar a vida desses adolescentes, pois, ao mesmo tempo que promovem diversão, podem também estabelecer uma transformação e direcioná-los ao mundo do trabalho. *[...] Hoje escrevo música e estou trabalhando. Aproveitando a família e a liberdade [...]* (E.R. Adolescente da UISS - trecho

do poema UM SALVE PRA QUEM TÁ PRESO, do livro Nós também é humano, pg. 48, 2019). Viabilizar essa categoria é promover educação social, tanto quanto, trabalho e cultura: [...] *O que mais salva a gente aqui é as oficinas de arte, faz a gente pensar que se a gente pode fazer arte ma tranca, podemos fazer no mundão também, deve ser mais da hora seartista lá fora.* (Trecho do diário pessoal de Ravena, 2006).

A arte e a Cultura são o ponto inicial de muitas partidas e chegadas e de muitos recomeços, a arte é uma parte essencial da experiência humana que ajuda a humanizar as pessoas principalmente em contextos de violências diversas. É o esperar de muitos sonhos, é a ceretza que podemos sonhar.

Através da arte, muitos adolescentes compreenderam a si as mesmos e aprenderam a compartilhar suas perspectivas com os outros, criando conexões e possibilidades, criando poesias, livro, clipes, músicas, fotografias, peças de teatro, registrando seus anseios e medos poéticamente em cada escrito.

A afirmação de que "a arte salva vidas" expressa a ideia de que a arte desempenha um papel profundo e significativo na vida das pessoas, contribuindo acolhimento e referência, autoestima e bem – viver, profissionalizaçãoe trabalho.

Abaixo, uma letra de rap contruída por adolescentes que cumpruriram medida de internação e são acompanhados pelo projeto RAP demosntra muito bem:

18 Razões

“Educação de qualidade mínima é igual a presídio de segurança máxima”

(Sérgio Vaz)

18 razões, pega a visão

Você não pode me ver, mas pode me escutar

Então preste atenção no que eu tenho pra falar

Diminuir a maioria não é a solução

18 razões pela não redução

Desde os 12 anos respondo pelos meus atos

Cometi um erro e fui responsabilizado

Cumprindo minha sentença, Unidade de Internação

Esse papo de igualdade, sei que não existe não
O ECA com medida socioeducativa
Unidades de Internação te oferece vida bandida

O ambiente deveria ser de reeducação
Mas a estrutura que eu vejo mais parece uma prisão
Querem mudar as leis, mas não cumprem as que existem
Vamos cobrar do Estado e de todos que se omitem
Diminuir maioria não reduz a violência
O que vai acontecer é triplicar a reincidência

O Sistema Prisional já é superlotado
Somos o 3º país com mais encarcerados
São mais de 500 mil na “Escola do Crime”
Que não recupera ninguém, só maltrata e oprime
Eu vejo muito passando no Balanço Geral
Que tem menor apreendido no centro da Capital

Menos de 1% estão na vida bandida
Contrariando o que diz Programa Sensacionalista
Não podemos fazer a exceção virar regra
Pra dar ibope pro Datena e pro DF Alerta
Tratar o efeito e não a causa é uma contradição
Mais direitos e menos grades essa é a solução

Jovem marginal, não surge do acaso
Ele é fruto da ausência e da omissão do Estado
Pro governo é mais fácil prender do que educar
Transferindo o problema ao invés de melhorar
Me olhem como irmão e não como vilão
Pois a minha geração é o futuro da nação

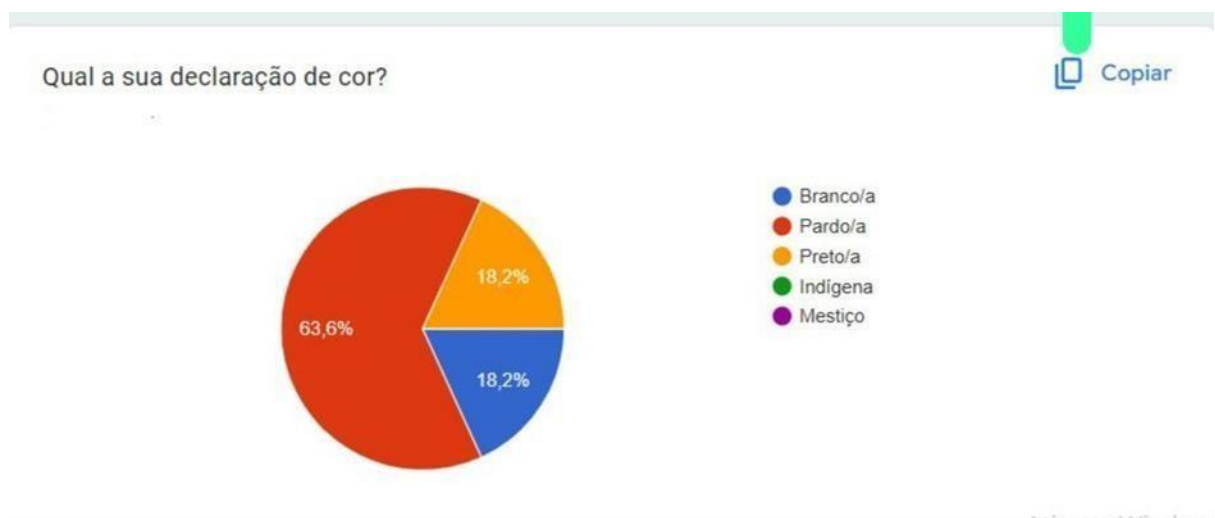
Estado Penal em um país desigual

É panela de pressão que estoura no final
 Somos vítimas e não atores de toda violência
 E a tendência é piorar com a política de ausência
 Reduzir maioria traz insegurança e medo
 Recrutando as crianças cada dia mais cedo

Você não pode me ver, mas pode me escutar
 Então preste atenção no que eu tenho pra falar
 Diminuir a maioria não é a solução
 18 razões pela não redução

DADOS DO FORMULÁRIO

A maioria das pessoas que responderam a pesquisa se autodeclarou parda com 63,6%, pretas com 18,2% e brancas também com 18,2%. Para o IBGE, pessoas pretas e pardas formam a população negra, ou seja, $63,6\% \text{ (pardas)} + 18,2\% \text{ (pretas)} = 81,8\%$ negras, correspondendo aos dados citados na página



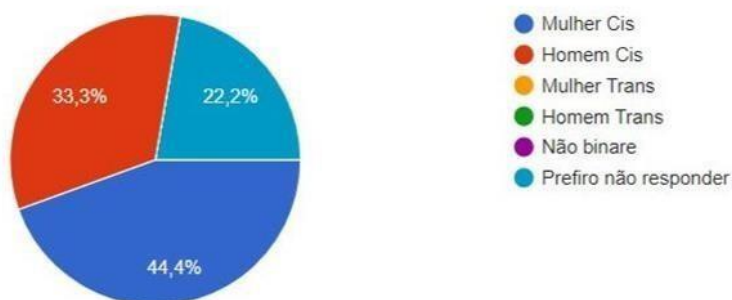
Fonte: Gráfico do formulário

Sobre a identidade de gênero, 44,4% preferiram não responder, 33,3% homens cis e 22,2% mulheres cis. Apesar das mulheres serem minorias, há indícios que são as que sofrem mais violências domésticas. A falta de estudos e profissionalização deixam as meninas muito vulneráveis e foi sinalizado entre as repostas a necessidade delas acessarem informações como planejamento familiar

[...]Tá ligado que a maioria de nois mulher saí e já junta com os machos mais velhos, se enche de filho, não estuda, não traballha, não tem grana, ai fica mal, na mão dos cara, apanhando e necessidade (Trecho do formulário).

Qual sua identidade de gênero?

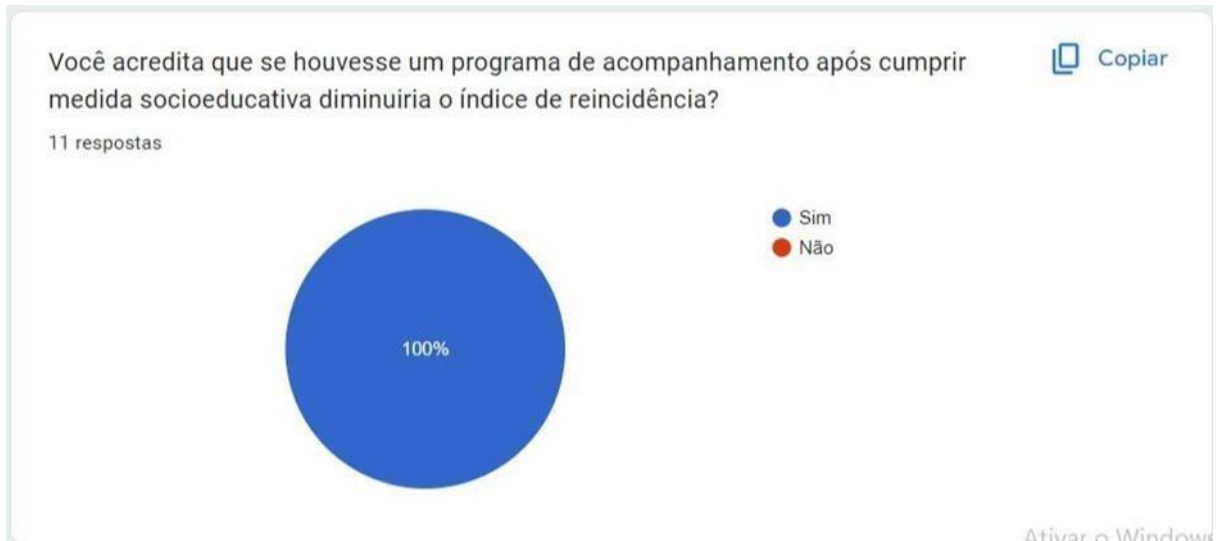
Copiar



Ativar o Windows
Acesse Configurações

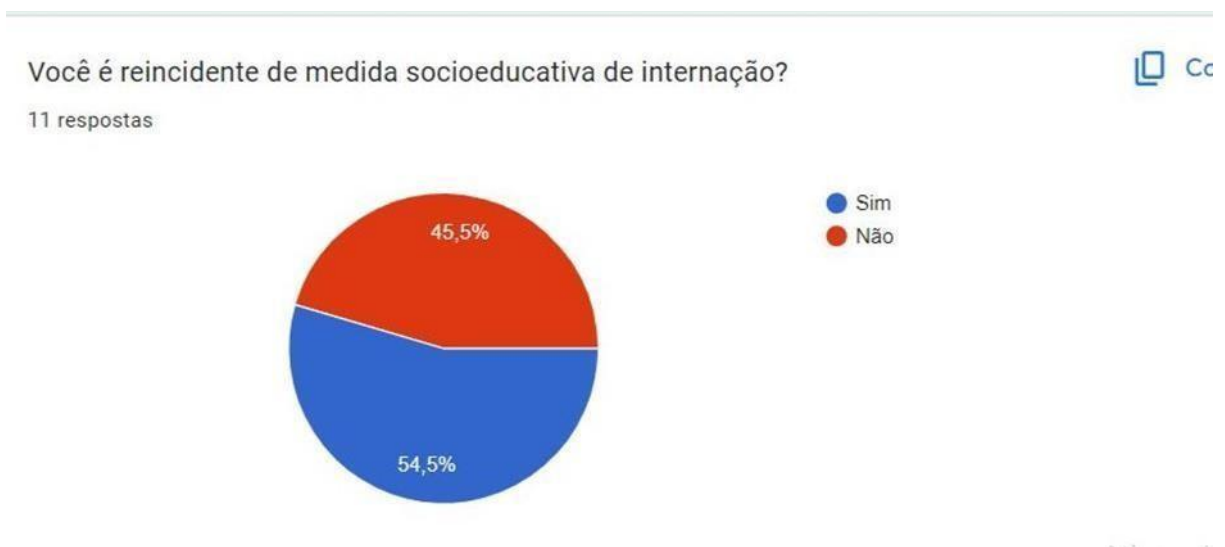
Fonte: Gráfico do formulário

Todos os participantes acreditam que, se houvesse um programa de acompanhamento pós-medida socioeducativa de internação, os índices de reincidência de atos infracionais diminuiriam.



Fonte: Gráfico do formulário

Apesar disso, desses mesmos 100% que acreditam que programas pós-medida diminuiriam o índice de reincidência de atos infracionais, 54,5% são reincidentes.



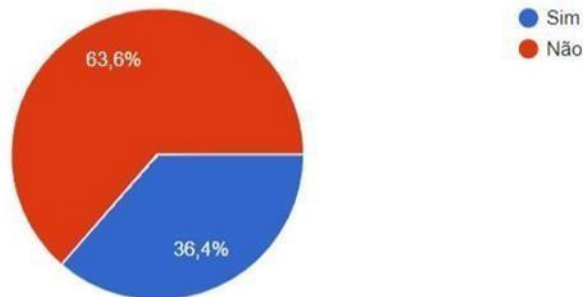
Fonte: Gráfico do formulário

E apenas 36,4% foram acompanhados por algum projeto tendo como maioria 63,6% sem nenhum tipo de acompanhamento.

Você foi acompanhado por algum projeto ou programa quando sua liberdade cantou?

 Copiar

11 respostas



Ativar o Windo

Fonte: Gráfico do formulário

Com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, as três regiões administrativas do DF com os maiores percentuais de adolescentes em cumprimento de medida de internação foram: Ceilândia, Samambaia e Planaltina. 31,5% residiam nessas regiões.

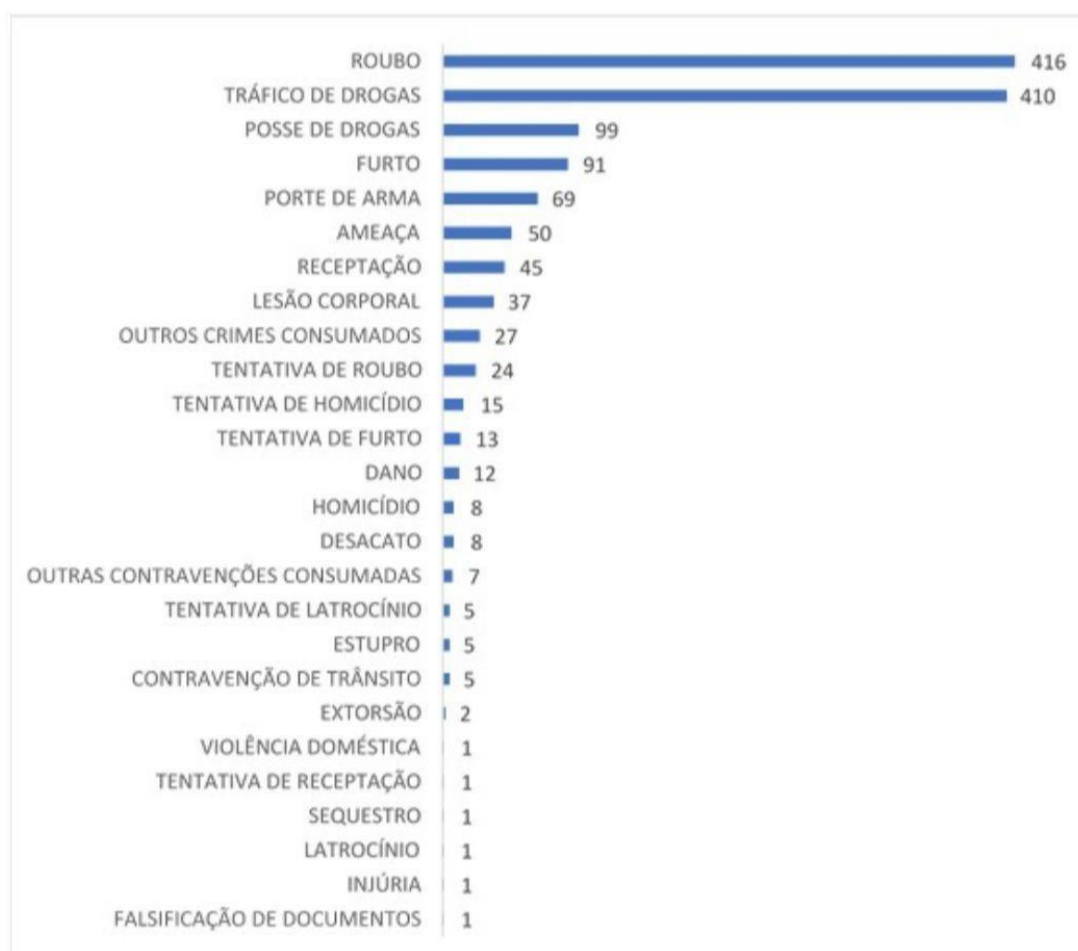
QUADRO 74 - Número e percentual de adolescentes em cumprimento de medida de internação segundo região administrativa de residência- 2021

Região administrativa de residencia	Número de adolescentes em cumprimento de medida de internação	Percentual de adolescentes em cumprimento de medida de internação
Ceilândia	156	21,2%
Samambaia	77	10,5%
Planaltina	62	8,4%
Recanto Das Emas	51	6,9%
Taguatinga	49	6,7%
Paranoá	42	5,7%
São Sebastião	32	4,4%
Santa Maria	30	4,1%
Estrutural	27	3,7%
Gama	22	3,0%
Itapoã	20	2,7%
Sobradinho II	19	2,6%
Brazlândia	17	2,3%
Riacho Fundo II	16	2,2%
Entorno - Santo Antônio Do Descoberto	11	1,5%
Guará	10	1,4%
Sobradinho I	9	1,2%
Brasília	9	1,2%
Águas Claras	8	1,1%
Entorno - Novo Gama	6	0,8%
Outros	6	0,8%
Entorno - Planaltina De Goiás	6	0,8%
Varjão	6	0,8%
Riacho Fundo I	6	0,8%
Entorno - Valparaíso De Goiás	5	0,7%
Núcleo Bandeirante	5	0,7%
Entorno - Cidade Ocidental	4	0,5%
SCIA (Cidade Do Automóvel)	4	0,5%
Entorno - Águas Lindas De Goiás	4	0,5%
Entorno - Luziânia	3	0,4%
Entorno - Outras Cidades	2	0,3%
Paranoá Parque	2	0,3%
Vicente Pires	2	0,3%
Fercal	2	0,3%
Situação De Rua	2	0,3%
Candangolândia	2	0,3%
Lago Norte	1	0,1%
Total	735	100%

Fonte: Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, 2020/2021, p. 87

No gráfico abaixo, podemos observar que a maioria dos atos infracionais são contra o patrimônio público e não contra a vida. Com frequência é noticiado nas mídias atos infracionais

GRÁFICO 8 - Atos Infracionais NAI 2021



Fonte: Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, 2020/2021, p. 41

Os dados do Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal vão nos dizer que esse adolescente de quebrada, que puxa uma tranca no sistema socioeducativo do Distrito Federal, na sua maioria são filhos de mãe solo, com histórias vinculadas ao abandono e fracasso escolar.

QUADRO 83 – Número e percentual de adolescentes filhos de “mães solo”, em cumprimento de medida de internação, segundo faixa de renda familiar informada - 2021

Faixa de renda familiar informada	Número de adolescentes filhos de “mães solo”, em cumprimento de medida de internação	Percentual de adolescentes filhos de “mães solo”, em cumprimento de medida de internação
Sem renda	3	0,4%
Menos de 1 sm	37	5,4%
Entre 1 sm e 2 sm	147	21,3%
Entre 2 sm e 3 sm	16	2,3%
Entre 3 sm e 5 sm	6	0,9%
Entre 5 sm e 7 sm	0	0,0%
Entre 7 sm e 10 sm	1	0,1%
Entre 10 sm e 15 sm	0	0,0%
Entre 15 e 20 sm	0	0,0%
Mais de 20 sm	1	0,1%

Fonte: Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, 2020/2021, p. 92

Famílias com mães solo, na sua grande maioria, têm como personagem uma mulher negra, uma realidade muito presente nos lares das periferias. São famílias em vulnerabilidade social e que não têm apoio governamental, apenas 24% das famílias dos adolescentes são beneficiárias de programas sociais.

QUADRO 77 – Número e percentual de adolescentes em cumprimento de medida de internação segundo tipo de participação no programa bolsa família ou outros programas de transferência de renda - 2021

Tipo de participação no bolsa família ou outros programas de transferência de renda	Número de adolescentes em cumprimento de medida de internação	Percentual de adolescentes em cumprimento de medida de internação
Não beneficiário	353	48,0%
Beneficiário	181	24,6%
Benefício suspenso	26	3,5%
Não informado	300	40,8%
Total	735	100%

Fonte: Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, 2020/2021

Os dados revelam que os/as crias da quebrada que puxam uma sentença são, na sua maioria, adolescentes e jovens negros, filhos de mães pretas de quebrada na missão de criar sozinha suas crianças e sem apoio ou quase nenhum de políticas sociais.

Os/as crias que puxam uma sentença são o resultado de muitas violências geracionais de direitos básicos, de racismo e de ausência do Estado. Ser um adolescente negro de periferia é estar dentro da estatística dos que mais morrem em decorrência de violência no estado brasileiro: jovens negros. Já dizia Racionais na música Nego Drama:

Daria um filme

Uma negra e uma criança nos braços

Solitária na floresta de concreto e aço

Veja, olha outra vez o rosto na multidão

A multidão é um monstro sem rosto e coração

Esses crias são os mesmos que vivem condenados sob a pena da escravidão que aterrorizou e continuando prendendo e encarcerando jovens negros de periferia. São os mesmos que estão nos índices dos mapas de violência, são os que mais morrem, não por acaso.

Dados apresentados no estudo "Segurança Alimentar no Distrito Federal: um panorama sociodemográfico", realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), evidenciam que residências chefiadas por mulheres negras no Distrito Federal enfrentam um índice quase três vezes maior de insegurança alimentar em comparação com as residências chefiadas por homens não-negros.

É importante ressaltar que esses dados evidenciam uma disparidade preocupante e destacam a necessidade de políticas e ações que abordem como causas subjacentes do racismo, da insegurança alimentar e enfrentem as desigualdades sociais presentes na sociedade. É importante trazer o contexto familiar e socioeconômico que este adolescente está inserido. Como diz Eduardo Taddeo, na música Dia das Crianças na periferia:

Não da pra ser criança comendo lixo

Enrolado num cobertor sujo e fedido [...]

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEREMOS VIVER! O HIP-HOP SALVA E DESENCARCERA VIDAS

Pesquisa publicada prova
 Preferencialmente preto
 Pobre, prostituta pra polícia prender
 Pare pense por quê?
 Prossigo
 Pelas periferias praticam perversidades parceiros
 GOG, Brasil com P

Sobre a presente pesquisa, recordo-me das fases para a formulação desta, iniciando, assim, pelas questões vivenciadas individualmente e coletivas que me levaram a relacioná-las com as experiências teórico-metodológicas e materialidade da realidade cotidiana. Contemplei dias complexos e dias vitoriosos, os quais fizeram parte primordial da construção desta pesquisa. Nesse contexto, como egressa de medida socioeducativa, coloque-me como vivenciadora dessa difícil *práxis*, onde pude materializar todo o conhecimento obtido na academia juntamente com a minha vivência pessoal.

Para realizar esta pesquisa, deparei-me com assuntos sensíveis e de difícil compreensão no mundo das teorias, o que demandou uma construção precisa e direcionada para que a questão apresentada fosse contemplada de modo que as hipóteses e objetivos fossem alcançados. Isso foi possível a partir dos estudos teóricos, entrevistas, *práxis* individual e das análises finais. Foi uma pesquisa muito árdua, que me direcionou a uma nova construção da minha própria realidade.

As narrações expressam, representam e constroem a identidade. Observamos neste estudo que, por meio da elaboração poética de suas biografias e da produção fotográfica, os/as adolescentes e jovens tecem significados vinculados às suas identidades e ao modo como se veem enquanto elaboram alternativas de futuro relacionadas a estudo trabalho e família.

Podemos afirmar que a realização desse estudo-intervenção constituiu um dispositivo de criação e revisão da própria identidade e subjetividade dos/as participantes. As atividades desenvolvidas favoreceram a possibilidade de assumir o direcionamento de suas vidas a partir da experiência de ter voz e ser ouvidos/as e de colocar-se em posição de primeira pessoa no processo de narração de suas trajetórias de vida. Lugar, portanto, de onde

puderam analisar e gerar decisões vitais: as poesias e fotografias constituíram um modo de organizar a história de vida, de refletir sobre ela, elaborar identidade a partir dela, argumentar e justificar decisões para o futuro.

Constatamos o que observaram Rubio-Jiménez e González (2018), que a organização de dados autobiográficos é uma forma de resumir e dispor as informações pessoais para utilizá-las estrategicamente no enfrentamento do futuro. Os acontecimentos passados têm significados potenciais múltiplos, e as narrativas lhes confere coerência, levando à construção da trajetória do eu e à justificação da própria identidade.

Observa-se, assim, a grande relevância desta pesquisa que, de forma intensa e participativa, tem os protagonistas que já vivenciaram uma liberdade cantada sem nenhum ou quase nenhum apoio e que entendem a importância desse acompanhamento pós-medida. Caso contrário, pode ser mais uma sentença em nossas vidas ou a esperança de reconstruir uma vida nova ao voltar pra quebrada.

Para Zape, Moura Jr., Dell Aglio e Sarriera (2013), os adolescentes têm aspirações de vida futura, que estão relacionadas principalmente à fase adulta: trabalho, família, necessidades básicas, entre outros.

Este estudo não se finda aqui, a ideia inicial era propor parâmetros de políticas públicas que realmente integrassem as tendências de medidas educativas e que alcançassem esses meninos e meninas e que fosse eficaz na não reincidência de atos infracionais, a partir da ótica de quem já puxou uma sentença.

Em fevereiro de 2023, iniciou-se uma articulação nacional em prol do Cinquentenário Mundial da Cultura Hip Hop e no Brasil, 40 anos, na qual chamamos de Construção Nacional da Cultura Hip-Hop, que é um movimento autônomo e independente, protagonizado, organizado e difundido por artistas e militantes da Cultura Hip Hop brasileira em prol dos 50 anos de Hip-Hop no mundo e 40 anos no Brasil.

Nosso país acabou de eleger um governo progressista e nós do Hip Hop ajudamos nessa reeleição do presidente Lula. A Cultura Hip Hop é extremamente comprometida com a democracia e foi um desafio os últimos anos permanecermos vivos e atuantes no governo desastroso de Bolsonaro. Há fortes indícios para a sua responsabilização por diversos crimes cometidos como projeções de casos e mortes na pandemia, atualmente inelegível por crime eleitoral. Um de seus feitos foi acabar com o Ministério da Cultura e com políticas culturais já existentes, exterminando várias políticas públicas que beneficiassem a periferia.

Essas medidas com certeza afetam todas as áreas em que a Cultura de modo geral realiza trabalhos, inclusive no sistema socioeducativo. Era o momento de reconstruir esse país e de reconhecer quem está na base, trabalhando nas ruas, nas periferias e na esperança de muitos jovens

A Construção Nacional da Cultura Hip Hop rapidamente se propagou por todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, incorporando diversos/as Hip-hoppers para elaboração da proposta de decreto que foi formulada a partir de construções dos Estados, protocolado em 20 de março de 2023 no Ministério da Cultura, tramitando na Casa Civil, tendo previsto o dia 11 de agosto de 2023 para assinatura do presidente Lula, reconhecendo e fomentando o Hip Hop Brasileiro.

Essa iniciativa é inédita, auto-organizada e histórica que favorece e estimula a participação coletiva, que rompe com o individualismo e constrói relações alinhadas e colaborativas. Para além do decreto construído coletivamente e já protocolado, a construção nacional também se mobilizou em outros setores dos poderes públicos com diálogos interministeriais devido a pluralidade da Cultura Hip Hop e os contextos diversos que ela transita. O movimento nacional coletou dados históricos, memórias e fatos de todos Estados e do DF para elaboração de um inventário participativo nacional que foi entregue ao IPHAN no dia 17 de julho de 2023, reivindicando o tombamento da Cultura Hip Hop como patrimônio imaterial e cultural do Brasil.

As atividades e articulações estão pautadas em momentos históricos envolvendo a nossa arte e cultura em sua totalidade. Para além da mobilização para que o Estado reconheça a Cultura Hip Hop, o cinquentenário tem a proposta de um calendário de festividades proposto mundialmente, para que haja essas celebrações em prol dos 50 anos da Cultura Hip Hop.

Esse momento histórico tem como referência o “baile” onde, pela primeira vez, reuniram-se todos os elementos do Hip Hop, em 11/08/1973, Sedgwick Ave, Bronx, Nova York. O “baile” foi produzido pela Cindy Campbell e protagonizado pelo DJ Kool Herc. Em 12 novembro, comemora-se o dia Internacional da Cultura Hip Hop, data oficial de nascimento da Zulu Nation, a primeira organização do Hip Hop mundial, fundada por Afrika Bambaataa.

A Cultura Hip Hop é um movimento sócio-cultural-político, ligado às identidades negras e jovens e de territórios periféricos que abrange uma série de manifestações artísticas, políticas e sociais, promovendo a inclusão cultural, social e individual, a democratização do

conhecimento e da arte e mobiliza discussões sociais para políticas e culturas, bem como o combate às violências e fortalece a busca por igualdade, por meio da vivência de contextos, que valorizam a diversidade de atuação e expressão, com vistas ao aprofundamento da interação entre a comunidade artística e a comunidade local.

Ele contribui com a democratização do fazer artístico-cultural, com a ampliação do acesso da população a dispor de bens e serviços culturais materiais e imateriais, para a arte e a cultura, com a promoção da formação artístico-cultural, da capacitação profissionalizante, do aperfeiçoamento e do intercâmbio entre agentes culturais. Com o fortalecimento das redes de organizações da sociedade civil, coletivos, grupos informais e de pessoas físicas que atuam na cultura, com o desenvolvimento da economia criativa, o turismo de quebrada, incluindo o estímulo ao empreendedorismo, à inovação e ao fortalecimento de cadeias, arranjos produtivos e territórios criativos e com o estímulo à pesquisa e difusão de informações culturais.

Essa coalizão de territórios, de CPFs e CNPJs, de artistas e militantes, da sociedade civil e parlamentares, de gente que teve suas vidas transformadas pelo Hip Hop, de pessoas que estão dando a vida em prol do Cinquentenário Mundial do Hip Hop no Brasil se organizou a partir do chamado de Rafa Rafuagi de Esteio (Rio Grande do Sul), Claudia Maciel (Distrito Federal), Zuruca Rosana Bronks (Casa de Hip Hop do Capão Redondo), Dj Branco (Casa do Hip Hop da Bahia), Sharylaine (São Paulo), Edd Willer (Rio de Janeiro), Bruno Rafael (Casa Hip Hop Brasil) e diversas outras mentes brilhantes que, de forma organizada e orgânica, protagonizaram uma das maiores articulações políticas em prol de uma cultura desse país. Muito além, permitiu que nós, da Cultura Hip Hop voltássemos a sonhar e a reconstruir esse país onde a Cultura Hip Hop é reconhecida e valorizada na sua total dimensão e transversalidade.

Neste movimento foram fundados 27 GTs - Grupos de Trabalhos - em cada Estado e eleito facilitadores para estar no *front*, no diálogo direto para articulações de políticas públicas para o Hip-Hop brasileiro.

Eu fui eleita facilitadora do elemento conhecimento no Distrito Federal e estive presente nas diversas agendas: Procuradoria Geral do Trabalho com o Procurador Paulo Neto, Itamaraty - Assessora Especial de Cultura do Ministério - Lívia, Tribunal Superior do Trabalho - Ministro Presidente do TST, Ministério da Justiça - Secretário de Acesso à Justiça Marivaldo Pereira, secretário Executivo do Ministério da Justiça - Ricardo Cappelli, Secretaria das Periferias (MDI) - Guilherme Simões, MINC. Ministra Margareth Menezes,

Secretário Executivo Márcio Tavares, Secretária Roberta Eugênio, MEC, - Ministro da Educação Camilo Santana, UNESCO - Presidente Marlova, Ministério das Relações Institucionais - Secretário Executivo Paulo, BRAM - Fernanda Castro, Dep Benedita, Pastor Henrique CONAB - Edegar Pretto; PNUD/ONU Ismália, STF - Rosa Weber, PALÁCIO DO PLANALTO - Pimenta, CNJ - Vieira de Mello; IPHAN, Leandro Grass, Fundo da população (ONU), Fundação Palmares - Presidente João Jorge, EBC - Empresa Brasil de Comunicação, Ministério da Saúde, UNODC, Ministério da Igualdade Racial, Ministra Anielle Franco; Ministério da Justiça (Tamires Sampaio - Coordenadora do Pronasci); Ministério das Comunicações, Ministro Juscelino Filho; Ministério das Mulheres, Ministra Cida; Ministério dos Direitos Humanos, Ministro Silvío Almeida; entre outras articulações.

No dia 15 de maio de 2023, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lélío Bentes Corrêa nos recebeu, buscávamos parcerias institucionais promover a formação e profissionalização de jovens, para combater o trabalho infantil e análogo à escravidão também ligado ao tráfico de drogas. O momento foi considerado, pelo ministro, histórico: foi a primeira vez que o TST recebeu representantes do Hip Hop.

Na conversa, que coincidentemente tivemos a presença do ministro Vieira de Mello Filho, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Lélío Bentes nos lembrou que a Justiça do Trabalho é a que atua mais próxima da realidade social.

Todos os movimentos para dar voz, promover essa cultura e essa expressão da fraternidade terão nosso apoio”, afirmou. Ele lembrou a força do hip-hop para atrair jovens e adolescentes por meio da possibilidade de expressão cultural e quebrar o círculo vicioso que começa com o trabalho na rua, passa pelo aliciamento e vai acabar no sistema prisional. (https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/31866982/pop_up)

Imagem 2: Gabinete do Ministro Lélío Bentes, no Tribunal Superior do Trabalho. Brasília (2023)



Fonte: Ricardo Palito (créditos). Na foto estão o Ministro Vieira de Mello Filho, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a comissão da Construção Nacional da Cultura Hip Hop.

Esse foi um dos momentos mais marcantes na minha vida, eu que saía desses lugares de contexto judicial algemada e com uma sentença para cumprir, estava junto a Construção Nacional do Hip Hop pautando políticas públicas permanentes e intersetoriais para o Hip Hop brasileiro.

O diálogo teve como principal pauta o sistema socioeducativo. Na ocasião, o facilitador geral da Construção Nacional da Cultura Hip Hop e rapper Rafa Rafuagi apresentou um projeto exitoso no Rio Grande do Sul, chamado: Partiu Aula na Justiça, que tem como objetivo reduzir as reentradas no sistema socioeducativo, especialmente a reiteração infracional no toante ao tráfico de drogas e, também, reduzir o trabalho infantil. (Rafuagi,2021)

O projeto funciona como uma medida alternativa de socioeducação, quando um adolescente comete um ato infracional, em vez de ir para internação ou para as outras medidas socioeducativas, ele passa pelo Projeto - Partiu Aula na Justiça, que acontece dentro da Casa de Hip Hop de Esteio no Rio Grande do Sul, ao concluir o ciclo de oficinas propostas pelo projeto, o adolescente poderá ter remissão de seu ato infracional a partir da avaliação da equipe pedagógica do projeto, além de seguir em projetos culturais e profissionalizantes junto a Casa de Hip Hop.

Na sequência, o rapper e *beatmaker* Linha Dura, Cuiabá, Mato Grosso, trouxe uma experiência de fracasso com seu estado e falta de diálogo do socioeducativo com a Cultura Hip Hop local. Nesse momento, eu que já estava extremamente emocionada fiz uma fala como resultado de gerações de trabalhos da Cultura Hip Hop junto ao Sistema Socioeducativo.

Na oportunidade, falei da minha experiência enquanto adolescente que cumpriu medida, dos desafios de sair sem nada, sem sonhos e perspectivas. Mas, também, falei do meu encontro com a Cultura Hip Hop dentro da tranca, onde me descobri poeta marginal, tive oficinas de grafite e rap. O Hip Hop me salvou, deu sentido a minha vida e por esse motivo, estávamos todos ali, vivos. O Hip Hop forma famílias, o Hip Hop é uma ideia de vida, o Hip Hop é uma proposta de vida, o Hip Hop é se sentir vivo, o Hip Hop é ver que só te ensinaram a olhar com a cabeça para baixo (Deputado Renato Freitas, PT, 2023), ou quando o GOG, 2023, nos diz que o Hip Hop que não era considerado arte, hoje era o maior movimento cultural do planeta.

Fiz uma provocação dizendo que, se eu tivesse conhecido a Cultura Hip Hop antes, na infância mesmo, não teria parado ali, presa no CAJE. O Hip-Hop é uma transformação social e também pode ser uma ferramenta de prevenção à criminalidade.

Os ministros ficaram impressionados com a nossa organização, com dados que trouxemos e com os resultados. Nesse dia, firmamos um pacto com o judiciário brasileiro a Cultura Hip Hop, representada pela Construção Nacional do Hip Hop que trazia a proposta de se tornar nacional as medidas alternativas de socioeducação em parceria com as Casas de Hip Hop. Estão acontecendo outras reuniões em nível nacional, estadual e no Distrito Federal junto ao Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional de Justiça e facilitadores da Construção para a elaboração de programa que será lançado dentre as festividades do Cinquentenário Mundial do Hip Hop no Brasil.

Os achados na análise fazem parte de um conjunto de integrações em vários setores que precisam ser feitos, e isso vai além das casas de Hip Hop como medidas alternativas, ou seja, estas também seriam medidas de acompanhamento pós medida como é previsto em lei pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Relacionando as categorias desses estudos, que são oriundas de quem vivenciou na própria carne à ausência de políticas públicas pós-medida de internação e alinhando-as às articulações feitas para criação do programa para criação políticas Sociais Básicas e Políticas de Assistência Social para Infância e Adolescência entre o Sistema Socioeducativo e Cultura

Hip Hop, trago os dados coletados neste estudo como indicadores para a elaboração da pós-medida.

É necessário que se tenha um programa de pós-medida que comece ainda na internação e tenha continuidade quando a lili cantar. As categorias indicam que ter um ciclo é importante. Os primeiros 90 dias são os mais vulneráveis, requer mais atenção, foi nesses primeiros 90 dias que perdemos Rosana que morreu queimada e estuprada na rodoviária do Plano em 2008, saímos juntas e infelizmente ela saiu sozinha, para morte em situação de rua e outros tantos adolescentes.

Na foto abaixo, apenas eu entrei na Universidade, nela também estão a Rosana, as outras três que estão na Colmeia cumprindo pena por tráfico de drogas. Nenhuma de nós teve acompanhamento pós-medida, só eu tinha mãe e casa pra voltar.



Fonte: Arquivo Pessoal

O acolhimento e referência começam quando o pé pisa fora da unidade e pode ser monitorado a partir da autoestima e bem-viver. Política pública se faz com permanência, constância e orçamento, e garantir a profissionalização para o mercado de trabalho, é fundamental para esses adolescentes, como nos mostra a categoria profissionalização e trabalho, que tenham essa oportunidade, que sejam acolhidos e inseridos em cursos com as Casas de Hip Hop e outros parceiros como as GEAMAS, uma política pública do Sistema Socioeducativo, porém, não abrange o acompanhamento pós medida de internação como prevê o SINASE. É importante o recebendo bolsas, monitorias, ajuda de custo para alimentação e passagem e por fim, arte e cultura que perpassa todas as outras desse ciclo, o

apontamento é a Cultura Hip Hop que pode ser usada como acolhimento e referência, autoestima, bem viver, e trabalho e profissionalização.

Alinhado a todos os seus princípios e objetivos, especialmente no que tange a efetivação dos direitos culturais e humanos, a Cultura Hip Hop concatena equidade social e territorial do acesso a cidade, da valorização do Território, aos bens, serviços e meios de produção culturais, intelectuais e memória; promoção da acessibilidade na criação artístico-cultural, da profissionalização e na promoção dos direitos humanos que assegura todos os outros previstos em Lei.

Fortalecimento das identidades, da diversidade e do pluralismo cultural; economicidade, eficiência, eficácia e equidade na aplicação dos recursos públicos; transparência e compartilhamento de informações; ampliação e democratização dos processos de participação e controle social; valorizando iniciativas de inovação e de experimentação artística; cooperação e complementaridade dos papéis dos agentes culturais públicos e privados; intersectorialidade das políticas públicas de cultura com outras políticas sociais e tendo uma grande relevância para jovens que cumprem medidas socioeducativas. A prevenção e a garantia de direitos são mais efetivas que a punição e a militarização do sistema socioeducativo, o acompanhamento pós medida socioeducativa de internação tem que ser mais efetivo que a criminalidade e as drogas.

A privação de liberdade deixa marcas pra sempre, isso quem diz não é apenas a Ravena adolescente que cumpriu medida ou a Ravena pesquisadora que realizou essa pesquisa, mas também a Iasmim, a Marcela, o Caverinha, a Ketlen e demais pessoas responderam o formulário, entre outras na qual também tenho contato. O estigma é tão presente que perpassa todas as áreas da minha vida, das nossas vidas. Me formar na Universidade de Brasília e me dedicar aos estudos não me blindou de muitos preconceitos, de ser vista como profissional e ter um emprego que garanta as necessidades básicas de uma família com uma mãe e três crianças.

O Hip Hop é uma possibilidade, a possibilidade mais próxima de um projeto de socioeducação que realmente transforme quem passe por ele. No Distrito Federal, ainda não temos uma Casa de Hip Hop, peça chave para a contribuição dessa pesquisa, mas a luta nos impulsiona para conseguir esse espaço. Projetos como o Poesia nas Quebradas, Andares (INESC), Escola Livre (CEDECA DF) e projeto RAP – Ressocialização, Autonomia e Protagonismo, são projetos que atuam com a Cultura Hip Hop e que de fato abrigam e acolhem com cultura, profissionalização e afeto adolescente que saem das unidades de

internação, muitas vezes de forma autônoma nos dão parâmetros que é possível. A quebrada produz, com qualidade, é possível. O Hip Hop salva vidas!

REFERÊNCIAS

ABORÍGENE, Markão - Meu menino - Plataforma do Youtube. Samambaia, DF. 2015.

ABORÍGENE, Markão. Educação Popular e a Cultura Hip-Hop Dia 02. Plataforma do Youtube. Riacho Fundo. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CAHEboyxId0&t=987s> acesso: 01/11/2021 às 3:35

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Tradução de Pedro Davoglio; Revisão técnica e notas Silvio Luiz de Almeida. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARROYO, Miguel G. O Direito à educação e a nova segregação social e racial - Tempos insatisfatórios. Scielo, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698150390>>. Acesso em: 03/05/2022

BISINOTO, Cynthia et al. Socioeducação: Origem, Significado e Implicações para o Atendimento Socioeducativo, v.20. Psicologia em Estudo, Maringá, 2015

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra. 2021

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Levantamento Anual do SINASE 2017. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf/view>. Acessado em 19/04/2020

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB. – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. ECA - Estatuto da criança e do adolescente. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Relatório da Infância e Juventude – Resolução 67/2011: um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2015. Disponível em: www.cnmp.gov.br. Acessado em 15/04/2020, às 17:25.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen. 2020.

BRUNER, J. S. Acts of meaning. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CAIXETA, J.E.; SOUSA, M. A.; & SANTOS, P.F. (Org.). Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão. Curitiba: CRV, 2015.

CAIXETA, J.E.; CLAUDIO, G.C.; SILVA, I. R.; SILVA, H.B; GRANJEIRO, F. B. Planejamento Futuro: desafios e possibilidades de um projeto de intervenção no contexto das medidas socioeducativas. Goiânia. Anais do Seminário Internacional Juventudes na Contemporaneidade, 2012.

CARMO, R.; RODRIGUES, P.; SOUSA, M. do A. de. Poesia nas Quebradas, Palavras Recicladas. In: CAIXETA, J.E.C.; SOUSA, M. do A. ; SILVA, R.L.J. da; SANTOS, P.F. (orgs). Inclusão, Educação e Psicologia: Mediações Possíveis em Diferentes Espaços de Aprendizagem. Campos de Goytacazes: Encontrografia, no prelo.

DAVIS, Angela. A democracia da abolição: Para além do império, das prisões e tortura, trad, Arthur Neves. Rio de Janeiro:Difel, 2019

DIAS, Cristiane Correia. A Pedagogia Hip-hop: Consciência, Resistência e Saberes em Luta. Curitiba: Appris. 2019.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

FARAGE, Eblin. Estado, território e cotidiano no Complexo de Favelas da Maré. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Apresentação. In: ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2018.p.15.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade; 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. Em NÓVOA, A. & FINGER, M. O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: MS/DRHS/CFAP 2010.

FRACCHIA, Joseph. Dialectical itineraries. History and Theory, 30, 153- 179.1991.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura, 1996.

FREIRE, Paulo. [1967]. Educação como Prática de Liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1975.

FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

_____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONZÁLEZ, Fernanda; ROSA Alberto (Orgs.). Hacer(se) ciudadan@s, una psicFología para la democracia. Buenos Aires: Miño y Dávila Ed, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática.1988.

ORTEGAL, Leonardo. Questão racial e sistema socioeducativo: uma introdução ao debate. In: BISINOTO, Cynthia. & RODRIGUES, Dayane Silva. (Orgs.). Socioeducação: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes. Curitiba: Editora CRV, 2018.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. Scielo, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.151>>. Acesso em: 08/04/2022

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

QUIJANO, Aníbal. Prólogo. In: MARIÁTEGUI, José C. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.

RACIONAIS MC“S. Nada como um Dia após o Outro Dia. São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Darcy.. Sobre o Óbvio. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986. ROSA, T.T. Pensar por margens. In: JACQUES, P.B., and PEREIRA, M.S., comps. Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 176-204. ISBN 978-85-232-2032-7. <https://doi.org/10.7476/9788523220327.0008>.

SAMPIERI, Roberto Hernández.; COLLADO, Carlos Fernandes.; LUCIO, María Del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. 5 ed. Dados eletrônicos - Porto Alegre: Penso, 2013. SOUSA, M. A. Desenvolvimento humano no contexto do voluntariado: interface da ética com a sustentabilidade. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano Saúde, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil. 2011.

SINDSSES, Sindicato dos Servidores da Carreira Socioeducativa do Distrito Federal. Disponível em: < <https://www.sindssedf.org.br/>>

SOUSA, M. A.; CAIXETA, J. E. & SANTOS, P. F. A metodologia qualitativa na promoção de contextos educacionais potencializadores de inclusão. *Indagatio Didactica*, vol. 8 (3), outubro 2016.

SOUSA, M. A.; CAIXETA, J. E.; SANTOS, P. F. & CARMO, R. Girassóis em Narrativas, no prelo.

SOUSA, Maria do Amparo. Como educar para um mundo nupérrimo. Em S. Barbato et al, *Contribuições do desenvolvimento humano e da educação aos processos de inclusão: trajetórias digitais, práticas e cotidianos*. 2022, no prelo.

SOUSA, Maria do Amparo; CAIXETA, Juliana Eugênia; SANTOS, Paulo França; CARMO, Ravena Carmo & turma. Girassóis em narrativas. Em J. E. Caixeta, S. L. da Cunha & Manguiera, M. S. F. (org.) *Extensão universitária, inovação educacional e práticas inclusivas*. Campo dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural. 2020

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 21 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011. p.5

VALSINER, Jaan. *Fundamentos da Psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. (A. C. S., Bastos, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2012.

VELARDE, M. C. C.; MARTÍNEZ, U. P. Perspectiva temporal futura em adolescentes institucionalizados. *Revista de Psicologia*, XXVI, v.2, 2008.

VIANA, Eduardo. Aula Magna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PP, Universidade de Brasília, UnB, 21/1/2022.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. *A formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WEINBERGER, Andrew D., *Liberdade e Garantias, A Declaração de Direitos*, trad. de Hersília Teixeira Leite Vasconcelos, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1965.

<https://www.sejus.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/ANUARIO-ESTATISTICO-DO-SSE-%E2%80%93-DF-ANO-BASE-2020-E-2021-OS-ANOS-DE-PANDEMIA-DE->

ANEXO - FORMULÁRIO DE PESQUISA

LIBERDADE CANTOU! E AGORA?" UM ESTUDO DOS EGRESSOS/AS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DF"

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "LIBERDADE CANTOU! E AGORA?" UM ESTUDO DOS EGRESSOS/AS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DF", de responsabilidade da pesquisadora Ravena Carmo (estudante), orientada pelo professor Erlando Reses, do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional (POGE), da Universidade de Brasília. O objetivo é contribuir para formulação de políticas públicas voltadas para promoção de egressos de privação de liberdade do sistema socioeducativo do Distrito Federal.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguramos que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a).

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda dos(as) pesquisadoras(es) responsáveis.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista; sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Essa pesquisa será publicada. Se você tiver qualquer dúvida pode entrar em contato com a pesquisadora Ravena Carmo. Contatos: (61) 998176 – 9305, e-mail: ravenacarmounb@gmail.com.

Sua participação é de extrema importância nesse processo.

***Obrigatório**

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

1. Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como **participante*. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento. Fui informado/a também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele viae-mail para os pesquisadores.

Marcar apenas uma oval.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

QUESTIONÁRIO

2. Você já cumpriu medida socioeducativa de internação no DF? ***

Marque todas que se aplicam.

Sim

Não

3. Quanto tempo durou sua medida? ***

4. Qual a Unidade que cumpriu? *

Marque todas que se aplicam.

- CAJE
- UIP - UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE PLANALTINA
- UNIRE (Recanto das Emas)
- UISS - SÃO SEBASTIÃO
- Unidade de Internação Feminina do Gama
- Unidade de Internação de Santa Maria - UISM
- Outro: _____

Sem título

5. Qual a sua idade? *

6. Qual sua identidade de gênero?

Marcar apenas uma oval.

- Mulher Cis
- Homem Cis
- Mulher Trans
- Homem Trans
- Não binare
- Prefiro não responder

7. Em qual idade esteve internado(a)? *

8. Qual a sua declaração de cor? *

Marcar apenas uma oval.

Branco/a

Pardo/a

Preto/a

Indígena

Mestiço

Outro: _____

9. Qual a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

Não possui

Ensino fundamental completo

Ensino fundamental incompleto

Ensino médio completo

Ensino médio incompleto

Ensino superior

Ensino superior incompleto

Ensino Técnico

Artesão/artista

Outro: _____

10. Durante a internação você foi preparado/a ou orientado/a para o retorno pra quebrada? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. Você teve acesso a cursos profissionalizantes, escola e demais serviços que poderiam te ajudar após a medida? Comente. *

12. Você é reincidente de medida socioeducativa de internação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. Você sabe o que é uma política pública? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. Se sua resposta foi sim, comente com suas palavras.

15. Você sabia que existe previsto em lei uma política pública para acompanhar e *verificar a situação do adolescente após cumprimento da medida socioeducativa, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

16. Você foi acompanhado por algum projeto ou programa quando sua liberdade cantou? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

17. Se você marcou sim, cite o projeto ou programa e como foi esse acompanhamento.

18. Você teve algum incentivo e apoio para retornar à escola, resgatar vínculos com a família ou conseguir um emprego ? Comente. *

19. Você gostaria que houvesse um programa pra te acompanhar dando suporte necessário nessa fase de pós medida? Comente sua resposta. *

20. Você acredita que se houvesse um programa de acompanhamento após cumprir medida socioeducativa diminuiria o índice de reincidência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. O que você sentiu mais falta após a medida? *

22. Qual foi sua maior dificuldade após a medida? *

23. O que não poderia faltar em um programa de acompanhamento de egressos?Dê sua sugestão.

24. Como você encontrou sua quebrada quando saiu da medida?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários